

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Remodelação: sinais de fraqueza!

Uma remodelação governamental é sempre uma oportunidade para corrigir erros, relançar projectos, renovar a esperança. E se for feita no momento certo e com a medida adequada, pode mesmo constituir o «élan» necessário para restaurar a confiança e ganhar o futuro.

O que Sócrates fez nesta remodelação não foi nada disto: foi apenas uma cirúrgica mudança de nomes para afagar a contestação pública ao Governo. E só isso.

Esta remodelação foi, assim, uma oportunidade perdida. Para criar um novo ciclo de governação, credível, consistente e sério. Para tanto, teria sido necessário mexer também nas Obras Públicas, na Educação, no Ambiente, entre outros ministérios.

Sócrates, qual Lampedusa, preferiu mudar apenas alguma coisa para que tudo ficasse na mesma.

Fez mal. O que fica para a história é a fragilidade do gesto. A reboque dos acontecimentos. A preceito de outras entidades. À revelia das necessidades.

Sinais de fraqueza...

«O partido no poder vive uma profunda desagregação e está em crise de identidade»



(Em "actividades do Presidente")

Destaques:

O Presidente, em Paredes, fala das iniciativas correntes e próximas do PSD

Pag. 2 e seguintes

Requerida a audição parlamentar de responsáveis das Finanças

Em: "Actividades do PSD"

Jardim, em Castro Marim pede aos militantes que "não façam conspirações, não andem com baboseiras nos jornais, tenham calma"

Em: Notícias do Algarve

«O partido no poder vive uma profunda desagregação e está em crise de identidade»

O líder do PSD, Filipe Menezes visitou Aveiro e Ovar, uma visita que, segundo Álvaro Santos, presidente da CPS de Ovar e vereador pelo PSD na Câmara local, tem, na componente vareira, um convite da CPS para este regresso do nosso Presidente à sua Terra Natal para conviver com os seus companheiros e assistir a um dos mais importantes momentos do Carnaval de Ovar: o Cortejo Infantil.

Foi com o Carnaval infantil a desfilar como cenário, que Luís Filipe Menezes falou de política nacional, dizendo aos jornalistas que, “num partido da oposição, as divergências internas são uma dialéctica que alimenta o partido”, mas já “é grave o que se verifica no partido do poder”.

Afirmou ainda que “o partido no poder vive uma profunda desagregação e está em crise de identidade, num país que joga ao Carnaval, mas que está triste”.

“O que temos visto é a profunda desagregação do partido no poder, com querelas internas protagonizadas por figuras como Manuel Alegre, [António] José Seguro, Ferro Rodrigues, Leonor Coutinho ou Ana Benavente, e uma crise de identidade, nomeadamente em torno do Serviço Nacional de Saúde, num país que joga ao carnaval, mas que está triste”, comentou o líder do PSD.

Luís Filipe Menezes sublinhou que “o país não tem crescimento económico, o desemprego tem aumentado e vive a confusão total na Saúde”, pelo que só poder ser “uma brincadeira de carnaval alguns admitirem uma enorme vitória de Sócrates”.

Também na mesma ocasião, afirmou que “só José Sócrates leva a sério a ASAE”, num comentário à reacção do primeiro-ministro às críticas do social-democrata Mendes Bota à actuação da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

“O país sabe dos excessos da ASAE, parecendo o FBI a actuar em feiras, perante pessoas que não são gangsters de Chicago”, disse Luís Filipe Menezes.

“Os portugueses brincam por causa do fundamentalismo e do exagero quase caricato da ASAE e até o Presidente da República brinca. Só o primeiro-ministro leva a sério”, comentou.

Luís Filipe Menezes admitiu que alguns comerciantes “até podem estar a violar a Lei”, mas criticou que “sejam fechadas pequenas actividades



económicas de subsistência por questões menores”.

“Todos queremos higiene e segurança alimentar e as actividades económicas fiscalizadas, mas não assim”, concluiu.

Sábado à noite, em Castro Marim, o líder do PSD/Algarve, Mendes Bota, comparou a ASAE à PIDE, acusando aquele organismo de perseguir os cidadãos.

“Salazar tinha a PIDE, agora temos uma ASAE, uma polícia que persegue os cidadãos e uma máquina fiscal que persegue as pequenas e médias empresas”, afirmou.

Em Aveiro: José Sócrates “já não sabe lidar com o país real”

Em Aveiro, o líder do PSD comentou que José Sócrates “já não sabe lidar com o país real” e “ataca tudo e todos, o que é sinal de fim de ciclo”.

Luís Filipe Menezes reagia às palavras proferidas por José Sócrates em Alcochete, num encontro do PS/Setúbal, em que o líder do PS recusou “críticas à esquerda”, sublinhando as políticas sociais do seu governo e não reconheceu ao PSD autoridade para criticar a falta de crescimento económico porque “havia deixado o país à beira da recessão”.

Luís Filipe Menezes falou mesmo, em nome do PSD, para acusar Sócrates de “dar sinais de se sentir acossado e atacar tudo e todos, dentro do seu partido e na oposição”.

“As palavras de José Sócrates demonstram que já não está a saber lidar com o país real e são um sinal de fim de ciclo”, interpretou.

O líder do PSD considera “extraordinário” que Sócrates “para dentro do PS diga que o seu governo é o da sensibilidade social, quando o país tem dos maiores crescimentos de desemprego da Europa, dos mais baixos salários e onde as diferenças sociais mais aumentaram”.

O líder do PSD ainda menos aceita que José Sócrates tenha invocado a herança recebida: “Dizer que o país cresceu mais do que nos dois anos em que o PSD esteve no governo é falta de rigor intelectual”.

Luís Filipe Menezes observa que “em 12 anos de governação, o PS esteve no poder nove anos, enquanto o PSD só esteve pouco mais de dois anos, herdando o pântano, com uma Europa em recessão e com um pacto de estabilidade que exigia um défice orçamental instantâneo de três por cento, uma maioria de coligação com outro partido”.

“O PS governa num clima de expansão e crescimento na Europa, com um Presidente da República

colaborante e uma confortável maioria no Parlamento”, contrapôs.

Luís Filipe Menezes, no Concelho de Paredes, fala das iniciativas correntes e próximas do PSD

Na passada quinta-feira, o presidente do PSD, que falava quinta-feira à noite à margem de um jantar, que reuniu cerca de uma centena e meia de militantes social-democratas no concelho de Paredes, disse que, antes de pedir qualquer inquérito parlamentar, prefere esperar pela audição ao anterior presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e actual ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

O líder social-democrata referia-se à actuação da entidade reguladora, no caso das alegadas irregularidades cometidas pelo BCP.

“Nunca iremos por aí”, garantiu Menezes, afirmando que por ser “um partido do arco da governação”, o PSD tem de ter “muito mais responsabilidades do que outros partidos que não aspiram a ser Governo”.

O líder do PSD não apoiará, consequentemente, o CDS-PP, que já anunciou a intenção de propor a realização desse um inquérito.



Por seu turno, o líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, disse na quinta-feira à noite em Lisboa que o partido “não anda ao batuque dos outros”, afirmando também que só decidirá sobre a constituição de uma comissão de inquérito “depois de ouvir toda a gente, com responsabilidade”.

“Comigo, o grupo parlamentar não anda em correrias, sabemos as nossas prioridades, o tempo e o modo de as assumir”, acrescentou.

Santana Lopes referiu que ao PSD bastam as assinaturas dos seus deputados para potestivamente

constituir a comissão de inquérito, frisando que nesta posição “não há sobrançeria nem arrogância”.

Outra questão que Menezes aceitou comentar prende-se com o reforço do papel das mulheres na vida interna do PSD. O líder social-democrata confirmou ser sua intenção “fazer uma grande reunião, eventualmente, instituidora de um movimento de mulheres no partido, no dia 25 de Abril deste ano”.

Sobre a crise bolsista dos últimos dias e o seu possível efeito na economia portuguesa, Menezes considera que há “uma enorme imprevisibilidade”, pelo

que aconselha “prudência e moderação” nos comentários sobre a actual conjuntura.

“Governo tem obrigação de não ter um discurso catastrofista ou que possa gerar apreensão. Tenho alguma compreensão por um discurso que não seja catastrofista”, comentou, referindo-se às declarações do ministro Teixeira dos Santos, segundo o qual Portugal não será muito afectado pelas ondas de choque da actual conjuntura.

Falando à imprensa, o presidente do PSD, defendeu “uma aproximação da segurança interna à justiça”, o que poderia passar por “um único ministro para tutelar as duas pastas”, no quadro das negociações do PSD com o governo, acerca do Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI).

O nosso Presidente lembrou e defendeu a tradição de “troca de opiniões entre os dois maiores partidos, esteja quem estiver na governação”, sobre questões como esta.

Nesse sentido, considera que “é uma tontice” falar-se em Bloco Central de interesses, neste caso – como algumas forças externas à direita, argumentaram.

“Não tem sentido falar-se em Bloco Central. O PSD, quando esteve no governo com o CDS não deixou de consultar o PS em matérias de Estado. Nessa altura, o CDS fazia parte do Bloco Central”, ironizou Menezes. “É pequena política, é politiquice que não interessa aos portugueses”, reforçou.

O líder do PSD afirmou que o modelo do nosso partido para a Segurança Interna “é diferente” do que o PS preconiza, apontando como exemplo a área da investigação criminal.

“Somos por uma maior concentração de poderes de investigação na Polícia Judiciária, por caminhar progressivamente para um comando único da investigação criminal, do ponto de vista político, com uma aproximação da segurança interna à justiça, ou seja, porventura, um único ministro para tutelar as duas pastas”, disse Menezes.

Acrescentou depois que esta solução pode ser encarada eventualmente considerada “transitória”, concluindo que “não é isso que está em questão” nas negociações com o governo do PS.

Menezes continuou dizendo que “o PSD não tem simpatia pela equiparação” do secretário-geral do SISI a um secretário de Estado”, mas observou que “os próprios governos do PSD tomaram iniciativas semelhantes, por exemplo, quanto ao director do SISI”.

“Portanto”, acrescentou, “há aqui algumas portas que se abriram e que poderão justificar algo semelhante”, embora, na sua opinião, esta seja “uma questão formal”.

O dirigente social-democrata entende que “os poderes do secretário-geral” do SISI devem ser “muito vigiados e fiscalizados”. “Algumas excepções que estavam previstas nos diplomas que nos apresentaram deviam ser restringidas ao mínimo, para que não possam existir abusos”.

Menezes pensa que a “escolha” desse responsável deve ser feita com base numa “lógica de um grande escrutínio democrático, por exemplo, co-responsabilizando a Presidência da República e o Parlamento”.

Neste órgão, a sua opinião é que devia prevalecer o princípio da “maioria qualificada, para retirá-la da lógica governativa ‘tout court’”.

O líder social-democrata realçou ainda que “tem havido algum sentido de responsabilidade, quer da parte do ministro da Administração Interna, quer da parte do ministro da Justiça” nestas negociações bilaterais.

Em Boticas, Luís Filipe Menezes desdramatiza acusações do Bastonário da Ordem dos Advogados e fala de «desagregação» no PS

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, desdramatizou hoje, em Boticas, as acusações de corrupção



feitas pelo Bastonário da Ordem dos Advogados que já deram origem à abertura de um inquérito pela Procuradoria-Geral da República.

“Eu não dramatizo esse tipo de questões”, afirmou Luís Filipe Menezes no decorrer de uma visita à Feira Gastronómica do Porco, em Boticas, distrito de Vila Real.

“Vivemos num país livre em que cada um assume cabalmente as responsabilidades do que diz e daquilo que faz. O senhor bastonário da Ordem dos Advogados tem todo o direito de assumir as posições que entender e depois explicá-las e o senhor procurador tem o direito de tomar as iniciativas que entender a todo o momento”, acrescentou.

O Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, determinou sexta-feira a abertura de um inquérito à matéria das acusações feitas pelo bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho Pinto, sobre corrupção no Estado.

o Ministério da Saúde já desmentiu no Verão.

Menezes falou ainda no que considera ser a “situação de desagregação está a entrar pelo PS dentro”.

“Hoje temos figuras de referência do partido a colocarem em causa toda a política do Governo”, frisou.

Por exemplo, segundo o líder do PSD, “Ana Benavente a falar da educação, a dizer que a educação é um caos, que se está a falhar completamente com os compromissos eleitorais que José Sócrates tinha com os Portugueses e ainda Leonor Coutinho a dizer que a política virada para a poupança dos portugueses dos portugueses que têm pouco que está a ser atingida por medidas completamente inaceitáveis.

“Há uma situação que crispação que é uma crispação do país real, do PS, do Governo e aumenta a urgência de que o engenheiro Sócrates mude de rumo e que tente pacificar a sociedade

Lisboa e Porto”, sublinhou Menezes, que adiantou que deverão ser adoptadas medidas de apoio aos municípios para recuperação dos imóveis.

“Mas há acções que ultrapassam as competências das autarquias, como políticas de realojamento, apoio à primeira infância e terceira idade, combate ao tráfico de droga ou promoção de emprego”, afirmou.

O PSD, adiantou Luís Filipe Menezes, irá propor em finais de Fevereiro, no Parlamento, a criação de um programa com estas características sustentado por verbas oriundas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

“Dois terços das populações dos bairros vivem do rendimento social de integração. O Estado tem obrigação de adoptar medidas de discriminação positiva. Deve criar uma operação especial que mostre a sua presença”, firmou.

O Presidente não mudou de opinião em matéria de impostos!

O presidente do PSD negou hoje que tenha mudado de opinião em matéria de impostos, lembrando que já em Setembro condicionou a redução do IRC e do IVA a um défice inferior a dois por cento.

Num texto colocado na sua página na Internet, www.luisfilipemenezes.com, e enviado à comunicação social, Luís Filipe Menezes contesta as acusações de “alguns opinadores bem pensantes” de que muda “frequentemente de opinião” e reclama, pelo contrário, que costuma “ter razão antes do tempo”.

Em matéria de impostos, o presidente do PSD mostra como a sua posição “sempre foi muito clara” e lembra a sua “moção de estratégia ao Congresso de Torres Vedras, em Setembro último”, que os tais preopinantes escolhem esquecer...

“Condicionado pela má governação socialista, o PSD não poderá dar o seu apoio à diminuição de impostos, nomeadamente do IRC e

do IVA, antes que seja visível uma consolidação orçamental sustentada, objectivo só atingível quando o deficit atingir valores claramente abaixo dos dois por cento do PIB”, cita, da sua moção referida, o líder social-democrata.

“Como se vê, quem é que muda de opinião? Eu ou o primeiro-ministro, que diz um dia que não baixa impostos e no dia seguinte diz que os baixa, para depois voltar a dizer que não baixa, e assim sucessivamente?”, questiona, em seguida.

No texto intitulado “Mudar ou não de opinião: eis a questão”, Luís Filipe Menezes apresenta “provas” da sua coerência sobre outras matérias, como o novo aeroporto de Lisboa.

“Em 1 de Maio de 2006, há quase 2 anos atrás, ao discursar no almoço de 1º de Maio dos TSD, defendi que o então presidente do PSD, Marques Mendes, devia liderar um movimento cívico nacional contra a construção do novo aeroporto na OTA, um projecto que classifiquei de um embuste”, recorda.

“Desde o início deste processo que o Governo tinha definido um local, a OTA, tido como a solução ideal e irreversível. Desde o início que me opus a tal localização”, declara.

O presidente do PSD refere ainda as posições que assumiu sobre a regionalização e a eleição dos órgãos do partido.

“Em 1992, no congresso do Porto, apresentei uma moção em que defendia a integração do PSD no grupo parlamentar europeu do PPE, em que defendia o referendo à regionalização e o sufrágio directo para a eleição dos órgãos distritais. A moção não passou. Quatro anos mais tarde, na liderança de Marcelo Rebelo de Sousa, estas minhas propostas foram assumidas”, assinala.

“Sei que costumo ter razão antes de tempo. Paciência. Em nome de Portugal e dos portugueses, não me importo de arrostar com as críticas mais vis. Desde que continue convicto que este é o caminho certo”, conclui Menezes. – Fontes: LFM, in www.luisfilipemenezes.com; Lusa, RTP 1; fotos arquivo PL.



“São declarações que têm um certo significado. Agora não sou eu que vou colocar em causa a idoneidade do senhor bastonário que tem certamente idoneidade para poder justificar as declarações que fez”, afirmou.

Menezes concluiu o assunto referindo a “enorme simpatia” que diz ter pelo bastonário.

“Ele [Marinho Pinto] saberá bem no que se refere e se realmente acredita no que diz e tem provas para provar aquilo que afirmou, seria um bom contributo para a sociedade portuguesa”, salientou.

No decorrer da visita pela feira de Boticas, o líder social-democrata disse ainda estar “preocupado” com o fecho dos serviços públicos de saúde, com o funcionamento do INEM, com a forma como os grandes hospitais “prometidos há anos não avançam” e com a “saúde dos portugueses”.

Referiu não querer entrar em “políticas” quanto foi confrontado com as acusações de ter feito “propaganda política” por, no decorrer desta semana, ter regressado ao tema dos medicamentos fora de prazo que

portuguesa para terminar o seu mandato com tranquilidade”, sublinhou.

Recuperação dos bairros sociais de Lisboa e Porto e o aproveitamento dos fundos comunitários

O PSD vai propor um novo programa para recuperação dos bairros sociais de Lisboa e Porto e o aproveitamento dos fundos comunitários para um programa de apoio social aos habitantes destas urbanizações, adiantou esta noite Luís Filipe Menezes.

Recordando o “impulso” em tempos dado pelo Programa Especial de Realojamento (PER) à recuperação da habitação em Portugal, o líder social-democrata, que falava numa visita-relâmpago ao Bairro do Aleixo, no Porto, considerou que “faz sentido” que seja lançado um novo olhar sobre esta realidade.

“Entre 700 e 800 mil portugueses vivem em bairros sociais das regiões de



Secretário-Geral propõe substancial isenção de IRC para empresas que se fixem no interior nacional

O Secretário-Geral social-democrata, Ribau Esteves esteve no sábado à noite, no encerramento de um encontro autárquico concelhio do PSD, em Castelo Branco e na altura, afirmou que o PSD vai propor a isenção de IRC durante 10 anos para novas empresas que se fixem no interior. A proposta faz parte de um “plano de desenvolvimento para o interior que o partido vai desenvolver ao longo deste ano”, referiu.

“Vamos ter propostas radicais, como por exemplo, que durante 10 anos as empresas novas que se fixem no interior não paguem IRC”, destacou.

“Sem propostas radicalmente diferentes, não vamos conseguir mudar o rumo dos acontecimentos no interior e vamos continuar a agravar a situação de sobrelotação que já se vive nalgumas zonas do litoral português”, acrescentou o secretário-geral do PSD.

Os benefícios fiscais em vigor prevêem que as empresas que operem no interior paguem uma taxa de IRC de 15 por cento (menos cinco pontos percentuais que anteriormente) e que as que lá se localizem com novas instalações tenham uma redução da taxa para os 10 por cento, durante os primeiros cinco anos da sua actividade.

Ainda segundo Ribau Esteves, “o programa de desenvolvimento para o interior vai também destacar as vantagens competitivas deste território em relação aos mercados espanhóis”, criticando a actual política fiscal, com o IVA muito mais caro do lado português, o que leva a uma substancial deslocação as compras raianas portuguesas, para empresas sedeadas no outro lado da fronteira.

Requerida a audição parlamentar de responsáveis das Finanças para esclarecimentos sobre processos de execução fiscal e certificados de aforro

O PSD requereu no dia 28 a audição parlamentar do ministro das Finanças ou do novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, se entretanto for nomeado, para prestar esclarecimentos sobre a condução dos processos de execução fiscal, entre outras matérias.

Num requerimento hoje entregue na Assembleia da República, o grupo parlamentar social-democrata recorda “algumas decisões avulsas em matéria fiscal” tomadas recentemente pelo Governo.

“Estão a surgir notícias sistemáticas de atropelos dos direitos dos contribuintes na condução dos processos de execução fiscal, multiplicando-se os casos em que os executados vêm os seus depósitos bancários bloqueados, representando eles valores acima das quantias em dívida ao fisco”, lê-se no requerimento hoje entregue pelo PSD na Assembleia da República.

Além disso, acrescentam os sociais-democratas, foram também conhecidos casos em que “imponderadamente as próprias primeiras habitações dos contribuintes são hipotecadas, com grave desrespeito pelos dramas sociais que tais actos causam”.

No requerimento os sociais-democratas recordam ainda a decisão do executivo socialista de reduzir a taxa de IVA de 21 para 5 por cento, nos serviços prestados pelos ginásios aos seus utentes e na aquisição de garrafas de gás butano.

“Todas estas decisões e porventura outras reclamam, por si só, por se tratar de matéria fiscal, o imperativo ético de o Governo se disponibilizar de imediato a prestar todos os esclarecimentos (...), para que os Portugueses conheçam as flutuações de humor governamental quanto a agravamentos e desagravamentos de impostos, e à cobrança dos mesmos”, é ainda referido no documento.

Por outro lado, lembram igualmente os sociais-democratas o Governo já anunciou a intenção de proceder a uma reforma estrutural da despesa fiscal e dos incentivos fiscais de modo a criar um novo quadro estável, mas até agora nada foi feito.

Assim, os sociais-democratas solicitam a presença do novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças ou, caso o substituto de Amaral Tomaz, que pediu a demissão do cargo, não seja conhecido a “curto prazo”, do ministro das Finanças.

“É tempo dos portugueses começarem a ser informados sobre o que pensam os partidos políticos na Assembleia da República sobre qual é a melhor política de impostos para o país, nos seus vários e complexos domínios”, defende o grupo parlamentar do PSD.

O PSD solicitou também a audição parlamentar do secretário de Estado do Tesouro sobre a alteração do regime remuneratório dos certificados de aforro, assim como acerca da relação entre os bancos e os seus clientes.

Num requerimento entregue na



Assembleia da República, os sociais-democratas recordam a decisão do Governo de alterar o regime remuneratório dos Certificados de Aforro, com a justificação de que “não cabe ao Estado incentivar, com o dinheiro dos contribuintes, os comportamentos de poupança dos Portugueses nem os produtos financeiros em que esta se materializa”.

“Estranha justificação vinda de um Governo que reintroduziu incentivos fiscais à aquisição de PPR e que criou um produto semelhante os chamados ‘PPR públicos’ com incentivos semelhantes”, lê-se no requerimento dos sociais-democratas.

Na semana passada, o governo alterou o regime dos certificados de aforro, definindo um prazo de vida máximo de 10 anos, e mudou as regras dos prémios de permanência, incentivando os investidores a mantê-los por mais tempo para receberem mais.

No entanto, ao mesmo tempo, baixou os prémios de permanência para os prazos mais curtos, obrigando a que passe mais tempo para que os investidores possam ver o prémio de

permanência crescer.

No documento, o PSD refere ainda outra situação que pretende ver esclarecida e que está relacionada com “fortes e repetidos indícios” que, na relação entre os bancos e os seus clientes, sobretudo pequenos clientes, “há aproveitamentos, no mínimo eticamente reprováveis, da assimetria de informação que beneficia os bancos”.

“Num dia, isso ocorre nos arredondamentos das taxas de juro, noutra nas comissões de penalização por transferência de créditos para outro banco concorrente, noutra ainda por imobilizações excessivas de saldos de depósitos em execuções fiscais e, agora até, nas utilizações das contas poupança habitação”, é referido no requerimento.

Por isso, o PSD considera “indispensável” que o secretário de Estado do Tesouro e das Finanças “explique circunstanciadamente qual é o universo de situações em que este alegado aproveitamento inaceitável dos bancos existirá, em que medida isso está a ser analisado e que medidas, pensa o Governo tomar”.

Segundo Santana Lopes, o PSD deve estar tranquilo no que se refere à sua administração de Lisboa e “não recebe lições de legalidade de ninguém”

Na Assembleia Distrital do PSD de Lisboa e na sua qualidade de ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa (até 2005). Pedro Santana Lopes, afirmou, na quinta-feira passada, que o partido deve estar “de peito feito” quanto às decisões tomadas na Câmara Municipal de Lisboa, afirmando que o PSD não recebe lições de legalidade “de ninguém”.

“O PSD em Lisboa não tem lições de legalidade nenhuma a receber do PS ou seja de quem for”, frisou Santana Lopes, que apontou o clima de “coacção política e psicológica” no sentido de a governação socialista ir “purificar” a autarquia, vincando que o PSD deve ter “uma atitude de peito feito, de consciência tranquila no que respeita a questões de legalidade”.

Sem referir expressamente o caso Bragaparques, em que foram acusados o ex-presidente Carmona Rodrigues e outros vereadores sociais-democratas que estiveram no executivo até ao ano passado, Santana Lopes defendeu que o partido deve assumir uma atitude de “coerência” com as decisões tomadas e com a sua história.

Santana Lopes criticou o clima de “inquéritos, acusações e sindicâncias” que se vive na autarquia agora governada pela maioria PS/Bloco de Esquerda, afirmando que o principal “são as obras e os projectos para a cidade, que não se sabe quais são”.

“A Câmara Municipal deve falar dos problemas dos seus municípios, falar de obra, é para isso que as pessoas são eleitas”, defendeu.

“O Bloco de Esquerda e o PS votaram a favor do acordo [feito com a empresa Bragaparques que levou à permuta dos terrenos da antiga Feira Popular em Entrecampos pelo Parque Mayer] que hoje pedem para ser anulado”, lembrou.

“Hoje andam a pregar inocência política como se não tivessem nada a ver com as deliberações tomadas”, acrescentou.

Santana Lopes defendeu que as averiguações sobre a actuação dos executivos municipais de Lisboa deviam estender-se para antes de 2002, quando o PSD ganhou a autarquia, uma proposta que os vereadores sociais-democratas vão apresentar.

Santana Lopes afirmou que, se tivesse continuado à frente da autarquia, manteria a opção de fazer um projecto do arquitecto norte-americano Frank Gehry - hoje descartado pela maioria liderada por António Costa - no Parque Mayer, que estaria “quase feito”.

PSD desvenda “concubinato” e “promiscuidade” entre Governo e Grupo Parlamentar do PS, no processo de encerramento de serviços de urgências



PSD acusou no Parlamento, o PS e Governo de manterem uma relação de “concubinato” e “promiscuidade” no processo de encerramento de serviços de urgências, com os comunistas a voltarem exigir a sua suspensão imediata.

“Há concubinato político entre o Governo e o PS”, acusou o deputado do PSD, José Cesário, recordando o processo relativo à criação de um Serviço de Urgência Básica (SUB) em São Pedro do Sul, em Viseu.

Segundo revelou na quarta-feira o presidente da Câmara de São Pedro do Sul, pouco mais de 30 minutos depois de ter sido informado pelo ministro da Saúde sobre a criação do serviço, já os deputados do PS por Viseu, José Junqueiro e Miguel Ginestal informavam, por e-mail, que, “depois de reuniões efectuadas no último ano com o senhor ministro da Saúde” o concelho “terá SUB conforme estudo técnico realizado”.

Também o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares insistiu, considerando existir “uma grande confusão entre o PS e as decisões do Governo”.

“E não podemos falar só de promiscuidade com o aparelho partidário, mas também com o sector privado”, acrescentou, criticando a política do Governo de “debilitar o Serviço Nacional de Saúde” para os privados aproveitarem.

Pelo Bloco de Esquerda, o deputado João Semedo foi ainda mais longe que o PCP, considerando que “não basta suspender os encerramentos”.

“O que é preciso é obrigar o Governo a dizer com verdade o plano, o investimento e os prazos da reforma”, defendeu João Semedo, classificando como “burla” a reforma que está a ser anunciada.

“É uma burla, não há reforma nenhuma das urgências, a reforma não

saiu do papel”, criticou.

Já no final da discussão, e depois de vários deputados da oposição terem feito referências à dificuldade que está a existir na marcação de uma data para o ministro da Saúde ser ouvido em sede de comissão parlamentar, a deputada do PS Maria de Belém Roseira anunciou ter sido informada pelo governante que essa audição terá lugar na próxima quarta-feira.

Ana Manso aplaude o Presidente e o Movimento de Mulheres Sociais-democratas



A deputada do PSD Ana Manso, no dia 25, aplaudiu Luís Filipe Menezes por anunciar o Movimento de Mulheres Sociais-democratas e disse à agência Lusa que a sua criação implica aprovar em Congresso alterações aos estatutos do partido.

Questionada pela agência Lusa sobre a nova estrutura interna anunciada pelo presidente do PSD, Ana Manso, que é vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, respondeu

que “é uma ideia muito positiva”.

“Nós aplaudimos, congratulamos pela decisão do doutor Luís Filipe Menezes. Em boa hora a toma. Há muitos anos que estávamos à espera”, acrescentou.

Ana Manso considerou que “todas as deputadas” da bancada social-democrata apoiam a iniciativa.

“Fizemos um percurso por uma iniciativa desta natureza. Houve colegas que nos antecederam que fizeram esse percurso. Quero assinalar o contributo que a doutora Leonor Beleza deu para esta causa”, referiu.

A social-democrata adiantou que o próximo passo é “criar uma unidade base, um secretariado, um núcleo para desenvolver a nova estrutura” e que a existência de um Movimento de Mulheres Sociais-democratas “implica alteração dos estatutos”.

“Tem de haver uma alteração dos estatutos do partido, isso é um processo que vai demorar” e essa alteração “terá de ser aprovada em Congresso”, acrescentou Ana Manso.

Entretanto, “o núcleo base” deverá



ser “o mais diversificado possível”, incluindo “todas as deputadas, as mulheres da Comissão Política Nacional, todas as mulheres que neste momento desempenham funções na estrutura partidária, no Parlamento, nas autarquias”, afirmou.

Será feito “um esforço” para no dia 25 de Abril “haver uma organização para ser apresentada”, prosseguiu. “Penso que era essa a intenção do presidente do partido”, ressaltou a deputada.

Os estatutos do PSD incluem, no capítulo III, dedicado às “Organizações especiais”, três estruturas: a Juventude Social-Democrata (JSD), os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) e os Autarcas Sociais-Democratas (ASD).

“Vamos agora criar condições para que a nova estrutura tenha uma base institucional e avance no sentido da sua credibilização”, declarou Ana Manso, antecipando que o movimento defenderá “os direitos das mulheres e a participação das mulheres no seio da social-democracia”.

Santos Pereira questiona Ministro da Saúde, sobre divulgação de gravações dos serviços de emergência

O deputado do PSD Fernando Santos Pereira questionou, no dia 25, o ministro da Saúde, sobre a divulgação de gravações dos serviços de emergência médica, no caso de Alijó, considerando que houve uma violação da privacidade e dos dados clínicos.

Através de um requerimento entregue hoje na Assembleia da República, Fernando Santos Pereira pergunta ao ministro da Saúde, Correia de Campos, “que consequências tira” da divulgação pela comunicação social de “conversas gravadas pelo Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) no caso da morte ocorrida na passada terça-feira em Alijó”.

O deputado social-democrata pergunta igualmente “que consequências tira o senhor presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)” dessa divulgação,

que na sua opinião constitui uma “violação da privacidade e dos dados clínicos”.

“Impõe-se obter um esclarecimento cabal sobre a violação da privacidade e dos dados clínicos contidos nesta tipologia de chamadas”, defende.

Fernando Santos Pereira quer saber se “o Governo entende que as gravações das chamadas para o 112/CODU/INEM são de livre disponibilidade pública”, se sim, obedecendo a que critérios, se não, “que procedimento vai tomar para apurar responsabilidades”.

“Com o presente caso, cada português não parece ter garantida a confidencialidade da conversa mantida numa situação de emergência, quando liga para o 112/CODU/INEM”, quando existia “a ideia genérica” de que eram “de acesso restrito”, assinala o deputado do PSD.

Segundo Fernando Santos Pereira, é preciso “apurar responsabilidades pois a vida privada, a intimidade e os dados clínicos merecem protecção”.

O deputado e secretário da mesa da Assembleia da República ressalva

que não quer “pôr em causa a liberdade dos órgãos de comunicação social na divulgação dos factos” nem “apreciar a intencionalidade que parece existir na disponibilização pública das gravações”.

PSD tem urgência em ouvir autores do estudo da CIP e do ministro das Obras Públicas, sobre Alcochete

O PSD pediu na semana passada, a audição parlamentar, com urgência, dos autores do estudo da CIP sobre o novo aeroporto de Lisboa e do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, sobre os transportes terrestres associados ao aeroporto.

O pedido para ouvir o ministro e os técnicos autores do estudo da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) na Comissão de Obras Públicas foi feito pelos deputados do PSD Jorge Costa e Fernando Santos Pereira através de requerimento entregue hoje no Parlamento.

Segundo os deputados do PSD, tomada a decisão pelo Governo de localizar o novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, é fundamental haver uma “reavaliação” e um amplo debate sobre as acessibilidades, designadamente a terceira travessia do Tejo.

Essa análise “pode implicar significativas reduções de custos de investimento” e deve haver consenso sobre as acessibilidades, afirmam.

Os sociais-democratas assinalam que o estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) sobre a localização do aeroporto recomenda “uma reavaliação estratégica e sistémica da configuração global dos grandes projectos de investimento em infra-estruturas de mobilidade por forma a garantir que se alcança um grau adequado de coerência e articulação”.

“O presidente do LNEC reconheceu na audição na comissão [de Obras Públicas] que estas matérias não foram devidamente estudadas, por não ter mandato para tal, e que devem ser aprofundadas”, acrescentam.

Para Jorge Costa e Fernando Santos Pereira, “resulta evidente que a questão das acessibilidades, não tendo sido avaliada pelo LNEC, não está cabalmente esclarecida” e impõe-se, por isso, que Mário Lino e os autores do estudo da CIP prestem em comissão parlamentar “os devidos esclarecimentos sobre esta matéria”.

Rosário Águas questiona legitimidade da permanência do «patrão» da ASAE

A deputada do PSD Rosário Águas questionou a legitimidade do inspector-geral da ASAE, António Nunes, para continuar no cargo depois de ter sido “o primeiro a violar” a lei do tabaco ao fumar num casino.

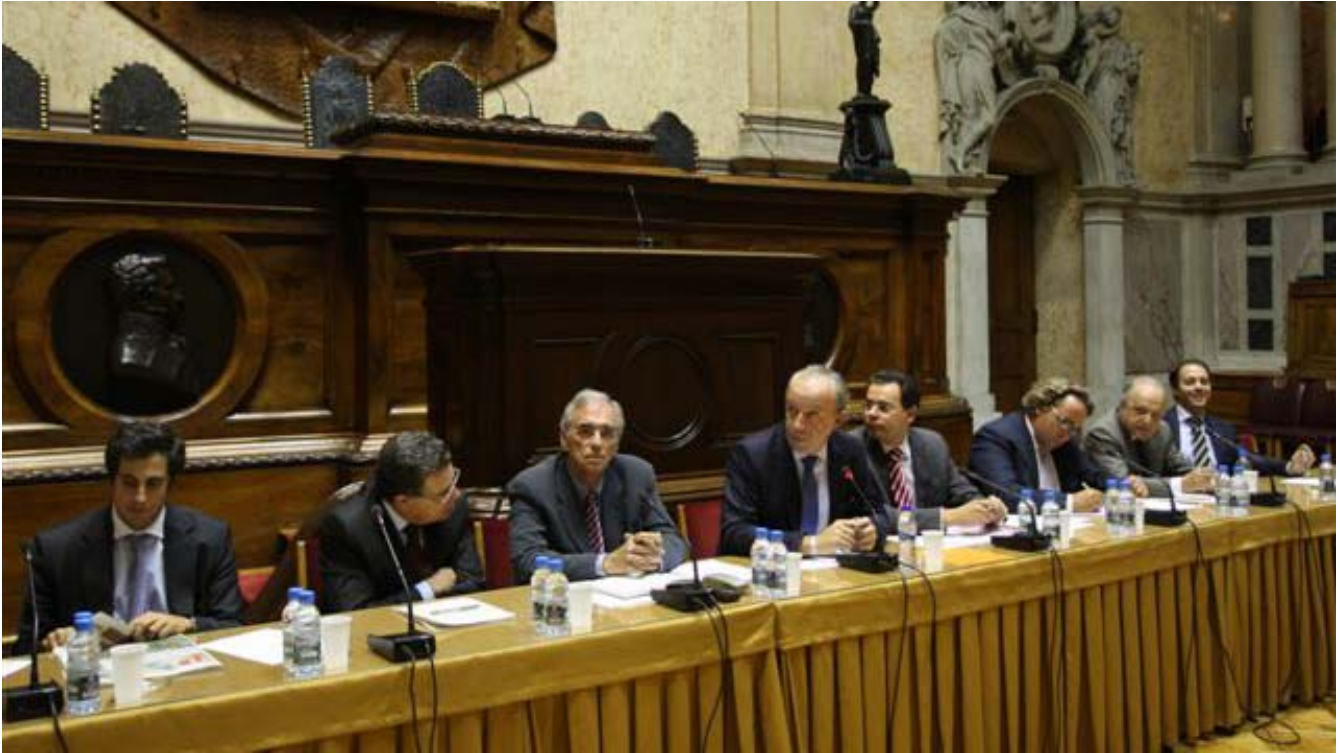
“O senhor inspector foi o primeiro a violar a lei do tabaco. (...) Com que coerência é que se apresenta aos portugueses para aplicar a lei e com que legitimidade se sente capaz de continuar à frente da instituição?”, questionou a deputada.

Rosário Águas falava na comissão parlamentar de Assuntos Económicos, onde decorria uma audição ao inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), António Nunes.

Acusando o responsável de insensibilidade na aplicação da lei, Rosário Águas disse que o PSD “tem razões fortes para crer que a ASAE está a exceder-se na forma de actuação”.

“Parece ter predilecção por tascas, feiras, por estabelecimentos pequenos e isto contrasta com os locais da sua predilecção”, afirmou, referindo-se ao Casino do Estoril, onde António Nunes foi fotografado a fumar um





charuto na madrugada do fim de ano, depois de entrar em vigor a lei do tabaco.

Sem se referir à falta de legitimidade para continuar no cargo suscitada pelo PSD, António Nunes negou ter fumado com conhecimento de violar a lei.

“A informação que tenho é que aquele é um local para fumadores onde estavam várias pessoas a fumar”, disse.

“Não fazia sentido que, se soubesse que era proibido, o fosse fazer, até em termos de credibilidade”, afirmou.

António Nunes frisou, numa resposta posterior, que não viu qualquer dístico a proibir o fumo na sala onde estava.

A lei que proíbe o fumo em locais públicos fechados entrou em vigor à meia-noite de 1 de Janeiro de 2008.

Acordo tripartido sobre unidoses

PSD, BE e PCP concordam com a comercialização generalizada de medicamentos por unidoses, foi defendida no Parlamento pelo CDS-PP, mas o Governo compromete-se apenas com a sua dispensa em farmácias hospitalares de venda ao público.

Um projecto de resolução do CDS-PP, que foi discutido em plenário e chumbado pelo PS, propunha mecanismos de redução do desperdício de medicamentos, mediante a generalização da prescrição por Denominação Comum Internacional e da dispensa, no ambulatório, de fármacos em dose unitária (unidoses).

Actualmente, a venda de

medicamentos por doses, em alternativa às embalagens, é feita exclusivamente nas farmácias de uso hospitalar.

Apesar de concordar com a medida, o PSD faz depender a generalização da venda de medicamentos em unidoses, da salvaguarda da segurança e informação dos doentes.

“No internamento hospitalar, a dose individual é administrada por um enfermeiro, enquanto no ambulatório a administração é feita pelo próprio doente”, apontou a deputada social-democrata Ana Manso.

Reduzir os poderes do Secretário-geral que coordena a segurança e as secretas (SISI)

O PSD continua a negociar com o PS a legislação sobre segurança interna no sentido de reduzir os poderes do secretário-geral do Sistema Integrado

de Segurança Interna (SISI), anunciou hoje o líder da bancada social-democrata.

Em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, Pedro Santana Lopes considerou que “a ligação do secretário-geral [do SISI] ao primeiro-ministro é mais ou menos aceitável consoante os poderes do secretário-geral”.

Segundo o líder parlamentar do PSD, “se [o secretário-geral do SISI] tiver funções de comando é menos aceitável” a sua ligação ao primeiro-ministro.

“Pode ser mais aceitável se a configuração dos poderes do secretário-geral for alterada. É isso que está a ser negociado, vamos ver se conseguimos chegar a uma solução eficaz nos próximos tempos”, acrescentou.

Pedro Santana Lopes referiu que o PSD esteve reunido esta semana com o ministro da Administração Interna,

com o ministro da Justiça e com elementos da bancada do PS para “tentar conseguir alguma reconfiguração do estatuto com que estava o secretário-geral nas propostas que chegaram”.

Questionado sobre a data em que espera concluir as negociações com o PS, apontou “a primeira quinzena de Fevereiro”.

O líder parlamentar do PSD, defendeu que “é importante conseguir estabelecer acordos com o PS” em matérias como a segurança interna, “difíceis mas muito importantes”.

Pedro Santana Lopes referiu que o ex-ministro da Administração Interna Ângelo Correia, que esteve hoje na reunião da bancada do PSD sobre segurança interna, “lembrou que a atitude de estabelecer acordos sobre essa matéria vem de há muitos anos”.

– Fontes: Lusa, TSE, RDP 1; fotos arquivo PL

Mendes Bota reeleito para o Conselho da Europa

O deputado Mendes Bota foi hoje reeleito vice-presidente da Comissão para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Este é o segundo mandato consecutivo do parlamentar português, que se tem distinguido como um activista e relator da campanha lançada desde 25 de Novembro de 2006 pelo Conselho da Europa, no combate à violência sobre as mulheres, incluindo a violência doméstica.

Neste âmbito, Mendes Bota tem proferido várias intervenções em diferentes países da Europa sendo, no parlamento português, o coordenador do grupo de trabalho que tem levado a efeito um conjunto de iniciativas envolvendo deputados e deputadas de Portugal nesta causa.

Ainda no âmbito da sua participação na semana parlamentar que está a decorrer em Estrasburgo, Mendes Bota foi nomeado relator da Comissão de Assuntos Económicos e do Desenvolvimento para a execução de um relatório subordinado ao tema “Código Europeu de Conduta da actividade de lóbi, incluindo linhas de orientação para políticos, membros de grupos de interesses e empresas”. – Gab. Imp. GP/PSD



Intervenção Ana Zita Gomes

Refiro-me ao projecto de Lei do PCP, que introduz o debate sobre a realidade dos estágios curriculares e profissionalizantes em Portugal. A expansão do acesso ao ensino superior e a consequente generalização do recurso aos estágios criaram alguns desajustamentos que o proponente bem identifica, na exposição de motivos.

Em geral, e não obstante os apoios no âmbito da acção social escolar, os estudantes do ensino superior suportam custos elevados quando comparados com os rendimentos auferidos pela esmagadora maioria da nossa população. Esta situação agrava-se no caso dos estudantes deslocados.

O Projecto de Lei que o PCP hoje aqui nos apresenta aborda esta realidade, do acumular de custos ao longo da vida escolar de um estudante.

Não desconhecemos que o estágio, curricular ou profissionalizante, surge muitas vezes como uma exigência para obtenção de um grau académico.

E não desconhecemos que, depois de os estudantes terem já investido vários anos da sua vida e muitos recursos financeiros com vista a um futuro melhor, com o estágio, surgem - nalguns casos - despesas acrescidas, como são, por exemplo, os custos com as deslocações.

Lembremo-nos que não há muitos anos, a regra passava por estágios com alguma remuneração. Ainda que de forma desigual ao vencimento dos trabalhadores da empresa ou instituição.

Sucedem que os estágios não deixaram de ser remunerados por obra do acaso, mas pelo desajustamento entre a oferta e a procura, num mercado de trabalho que como todos sabemos, é cada vez mais competitivo e de difícil acesso. À boa vontade de alguns empregadores que acolhiam estagiários e lhes pagavam ajudas de custo, bolsas, ou uma remuneração, sucedeu-se, em muitas circunstâncias, com a contracção do mercado e o aumento da oferta, um regime de semi-exploração do indivíduo, com empresas a aceitarem estagiários todos os anos, sem qualquer despesa com os mesmos e sempre num regime de rotatividade e gestão da expectativa dos jovens, que dão o seu melhor por alcançar um contrato, que nunca existe.

Há jovens que estagiam durante anos. Sem carreira contributiva, sem qualquer remuneração, sem qualquer protecção social, no aproveitamento de uma designação de “estagiário” que há muito ultrapassou os limites da própria Lei.

O Estado, esse, tantas vezes dá o pior dos exemplos.

Sras. e Srs. Deputados,

A crise de emprego que se vive hoje



e que é sentida de forma acentuada entre os jovens com mais qualificações é transversal e subverteu um princípio básico da realização dos estágios curriculares ou profissionais: Quando estes deveriam funcionar numa lógica de aprendizagem em contexto de trabalho, tornaram-se, ao invés, num obstáculo à entrada de jovens no mercado de trabalho. Porque a oferta constante de estagiários não remunerados leva a que algumas necessidades dos serviços sejam sempre satisfeitas com o recurso a esta mão-de-obra.

A sensibilidade do Governo para com as questões que afectam os jovens é já conhecida. Dou apenas três exemplos: a quase duplicação do valor da contribuição mínima para a segurança social, que inibe, por exemplo, o empreendedorismo jovem; a diminuição drástica dos apoios ao arrendamento jovem e por conseguinte à emancipação; o fim dos estágios remunerados para os estudantes das vias de ensino das Universidades portuguesas.

Este último exemplo com uma particularidade. A senhora Ministra da Educação, assumiu que por constrangimentos orçamentais terminou com a remuneração dos estágios. O Senhor Primeiro Ministro, no seu registo muito próprio, disse outra coisa: que os estágios tinham acabado para tornar o sistema de acesso aos estágios muito mais justo: Agora ninguém tem remuneração!

Mas logo atirou com uma promessa. Afirmou, aqui na

Assembleia da República que: “serão atribuídas ajudas de custo e bolsas para que aqueles que antes tinham direito a um estágio remunerado e, logo que saíam da universidade, auferiam um ordenado de professor possam beneficiar de apoio por parte do Estado para acederem a um estágio no sistema educativo.”

Esta promessa também caiu como tantas outras. A Senhora Ministra da Educação, questionada recentemente, pelo PSD sobre esta matéria, teve dificuldade em localizar essa promessa. Todos temos essa dificuldade com as promessas do Sr. Primeiro Ministro.

E chegamos ao Projecto de Lei, hoje em discussão:

Acompanhamos o PCP no diagnóstico.

Mas divergimos quanto às soluções. E neste caso específico das medidas apresentadas neste diploma. Esta iniciativa melhorará a vida dos nossos jovens e sua situação face ao emprego? A iniciativa, que concerteza é bem intencionada, é nalguns pontos vaga, carecendo de definições. Não define, por exemplo, de que forma o Estado garante as ajudas de custo, de alimentação e sobretudo da habitação. Assim como o seu impacto financeiro.

Pela nossa parte, afirmamos convictamente que a actual situação por que passam tantos e tantos jovens portugueses, exige que equacionemos uma diferente regulamentação geral dos estágios profissionais, acabando com aquelas que são as piores práticas neste domínio.

Consideramos que o diploma não resolve o problema do abuso da figura de estágio por parte das empresas de acolhimento ou mesmo por parte de serviços do Estado. Também não visa resolver o grave problema do desajustamento do mercado de trabalho à oferta.

Na nossa opinião, a solução está precisamente do lado das empresas, dos estímulos à empregabilidade, dos apoios à inovação e ao empreendedorismo, de regimes fiscais favoráveis à criação de emprego para jovens, ao fim da praga dos recibos verdes, que roçam a ilegalidade e criação de condições para que as empresas sintam a mais valia de terem estagiários nas suas estruturas, formando-os e apoiando-os como seus futuros quadros, e dando-lhes reais condições de realização profissional.

Consideramos que estes problemas não se resolvem com mais um subsídio a atribuir pelo Estado.

De resto, esta proposta poderia mesmo vir a ter um efeito perverso: ajudar a perpetuar um sistema que promove estágios fictícios que não passam de verdadeira exploração de muitos jovens trabalhadores.

No final, acaba o Estágio, acaba-se o subsídio, e a empresa recebe outro estagiário no momento seguinte. Embora signifique uma vantagem financeira para o estagiário, não passa de um paliativo para o sistema.

Embora o PSD não acompanhe as soluções apresentadas, saúda o Grupo Parlamentar do PCP pela oportunidade e abordagem deste tema. Disse.

Intervenção

Dep. André Almeida
AR, 18 de Janeiro de 2008

Sr. Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,

Discutimos hoje uma proposta de harmonização e regulamentação dos Conselhos Municipais da Juventude. Fazemo-lo com satisfação, não fosse o PSD, e em particular a JSD, juntamente com muitas associações juvenis e mesmo outras juventudes partidárias, precursor da constituição destes Conselhos, um pouco por todo o país.

Todos os momentos que propiciem a discussão das políticas de juventude na Assembleia da República são salutaros, independentemente do maior ou menor grau de sofisticação e de inovação das propostas. Esta é portanto, mais uma oportunidade para discutirmos as questões que respeitam à juventude portuguesa.

Os Conselhos Municipais da Juventude são, de facto, estruturas que devem assumir um papel activo e decisivo na defesa dos projectos que os jovens têm para os seus movimentos associativos e partidários, para os seus concelhos e para o seu país. São, por excelência, fóruns de debate, órgãos de apoio, de informação e consulta, junto das Câmaras Municipais, onde estão representadas as organizações juvenis de cada município e de onde partem acções para a resolução dos problemas locais.

Hoje, são muitos os municípios em que, por pressão legítima de movimentos, associações e juventudes partidárias, estes Conselhos Municipais são uma realidade. Acrescento mesmo que, em muitos casos, são uma realidade participada e bem sucedida.

Estamos certos que o diploma que aqui nos é apresentado pelos senhores deputados do Partido Socialista pode ser um bom contributo para que os Conselhos Municipais de Juventude cheguem àqueles municípios que ainda os não têm formalmente constituídos.

Sabemos que são muitas as propostas entregues por jovens deputados municipais, das diversas juventudes partidárias, que propõem precisamente a criação destes conselhos nos seus municípios. Acreditamos que o projecto de lei será uma alavanca para que os Conselhos Municipais de Juventude saiam do papel, nesses municípios.

Saudamos, pois, o Partido Socialista, em particular os deputados subscritores, pelo Projecto de Lei. Não há como não concordar com a generalidade do proposto. Acredito mesmo que pode vir a ser consensual em votação final global, assim o

Partido Socialista queira um diploma em que os jovens portugueses se revejam plenamente.

Mas nem só de debates fáceis se faz a defesa da juventude portuguesa:

Nem só com a regulamentação do que já existe e com o desejo de generalizar os Conselhos Municipais de Juventude, se faz a defesa da política de Juventude.

Não apoiamos, por exemplo, outros méritos do Partido Socialista e do Governo, como é o caso do Programa Nacional de Juventude, que sendo um desígnio do senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, ficou-se por uma página da Internet com comentários avulsos, e que está congelada desde o início de



2006.

Também não apoiamos a política do Governo Socialista quando anuncia uma Comissão Interministerial de Juventude, com odes à política de juventude, mas que não passa de uma estrutura fantasma, que alguns dizem existir, mas que nunca ninguém viu. Desta Comissão, que emanou do PRACE, ninguém conhece uma ideia que seja, um contributo, uma iniciativa em prol da Juventude Portuguesa.

Apoiamos a proposta de V.ªs Ex.ªs, mas não podemos deixar de sublinhar que estamos perante um Governo que, dos grandes objectivos que estabeleceu para a Juventude, apenas ficou um Programa Nacional parado no tempo, uma comissão fantasma e um

Secretário de Estado que, mal tomou posse, deve ter esquecido a Pasta da Juventude num camarote de um estádio de futebol, algures no país.

Aceitamos o Projecto de Lei do Partido Socialista, mas não nos é possível acompanhar a complacência, a inércia com que a Juventude Socialista olha para a difícil realidade económica e social que este Governo oferece aos jovens portugueses.

Os Conselhos Municipais de Juventude, os que ajudámos a criar e os que hão-de ser criados, merecem ser dinamizados e apoiados. Mesmo regulamentados, como a JS deseja. Mas não apoiamos um Governo que não propõe um futuro risonho à nossa juventude.

País permitiu que abandonassem a escola demasiado cedo, e que agora são forçados a procurar a subsistência noutras paragens, tantas vezes em condições de vida muito difíceis.

Como disse, este projecto de regulamentação não merece a nossa discórdia, mas não esqueçamos que os autores desta iniciativa foram os mesmos que, há poucas semanas, defenderam o fim do apoio à habitação e à emancipação dos jovens portugueses.

Quando todos viam o óbvio, quando todos viam que o Governo do Partido Socialista tinha acabado com o Incentivo ao Arrendamento Jovem e estava a criar uma fraude chamada "Porta 65-Jovem", os senhores deputados do partido socialista desculparizaram a acção gravosa do Governo.

Dias depois, instalou-se o caos no sistema perfeito de candidatura que o Governo criou. O que sobrou em caos faltou em humildade no reconhecimento dos erros. Contrastando com os inúmeros anúncios em cerimónias pomposas por parte do Sr. Primeiro-Ministro, nestas alturas registou-se o silêncio total, a ausência de uma justificação.

De facto, o Porta-65 Jovem revelou-se uma ofensa aos jovens portugueses. E continua a faltar o pedido de desculpas do Governo à Juventude Portuguesa, por mais este prejuízo, à conta do Partido Socialista.

A este propósito houve um tempo em que acreditámos que os membros do Governo, e mesmo a JS, consideravam que estavam a apoiar os jovens, mesmo reduzindo as verbas do Programa.

Hoje, a experiência diz-nos que esse programa é, na verdade, muito mau, e a ausência e o silêncio do Sr. Primeiro-Ministro só vêm dar-nos razão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É justificável que, perante a dimensão dos problemas da juventude, ninguém aqui esteja a dar pulos de contente por esta regulamentação dos conselhos municipais da juventude, não menosprezando, naturalmente, o mérito do diploma.

Só que é curto, é estranho, é muito pouco. Perante os enormes problemas que afectam a juventude, perante tantos prejuízos causados à juventude, a JS elege a regulamentação ou reinvenção dos conselhos municipais de juventude como bandeira junto da juventude portuguesa.

Disse





Intervenção do Deputado Ricardo Martins

Assembleia da República – Reunião Plenária – 24.JAN.2008

Declaração Política

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

De uma forma deliberada, programada e com uma execução sistematizada, o Governo está a matar o interior de Portugal.

Subo hoje a esta tribuna para denunciar, em concreto, a política de marginalização e abandono social a que este Governo Socialista tem votado o Distrito de Vila Real.

Este Governo Socialista tem sido mesmo o campeão da injustiça, da clivagem social e territorial, da desertificação, da insensibilidade social, do autoritarismo e da mentira.

É o Governo da injustiça e da clivagem social e territorial.

Lembro apenas que em três anos de Governação Socialista, o Distrito perdeu mais de 130 M€ de verbas inscritas em PIDDAC, face a igual período de Governação PSD/CDS-PP e o PIDDAC Regionalizado para 2008 ao recuar a valores de 1998 será mesmo o pior dos últimos dez anos.

Mas este Governo Socialista é também o campeão do despovoamento e da desertificação do interior.

Ao encerrar um vasto conjunto de serviços públicos, uns já concretizados outros anunciados, o Governo está, na prática, a condenar à morte social 2/3 do território nacional.

Não é possível fixar pessoas e atrair novos povoadores onde não existem equipamentos sociais e culturais, onde não existem serviços públicos e onde escasseiam as oportunidades de emprego.

Os resultados estão à vista. Não fora o ressurgimento do fenómeno da emigração e os números do desemprego seriam ainda mais dramáticos.

Ao contrário do prometido, o desemprego no distrito de Vila Real tem vindo a aumentar e, mais grave, o número de desempregados com formação, ao nível do ensino secundário ou licenciatura, cresceu 27% de Novembro 2004 para Novembro de 2007 (último mês com dados publicados).

Pergunto: Que futuro para estes jovens e para estas terras onde não se vislumbram quaisquer oportunidades de trabalho?

Mas é também um Governo Socialista marcado pela insensibilidade social.

O que se está a passar na educação e na saúde são disso mesmo bom exemplo.

Na educação, encerram-se escolas em nome da melhoria das condições de aprendizagem mas depois não se apoiam os Municípios na requalificação do parque escolar e na construção dos novos Centros Educativos.

Mas se na educação o que está em



jogo é a qualificação e o futuro das novas gerações, o que já de si é muito importante, na saúde joga-se a diferença entre a vida e a morte.

E o que fez este Governo?

Mandou encerrar de uma só vez cinco serviços de saúde no Distrito de Vila Real: os SAP de Alijó, Murça e Vila Pouca de Aguiar, o Bloco de Partos de Chaves e o Serviço de Urgência do Hospital da Régua.

É um Governo que anda ligeiro a encerrar os serviços de saúde preconizados pela Comissão Técnica mas não aplica a mesma energia na melhoria dos serviços para onde serão encaminhados os doentes e na criação dos serviços preconizados pela mesma comissão.

Encerrou estes serviços sem que o Serviço de Urgência do Hospital S. Pedro, em Vila Real, estivesse dotado de todas as valências que um Serviço de Urgência Polivalente deve ter e o Serviço de Urgência Básico de Montalegre continua a marcar passo numa qualquer secretária ministerial.

Apesar das promessas do Governo, muitos serão os cidadãos do distrito de Vila Real que ficarão a mais de 60 minutos de um qualquer ponto da rede de urgências. Criou, assim, os chamados portugueses de 2.ª no acesso aos cuidados de saúde.

Em suma, é um Governo Socialista que encetou uma reforma dos cuidados de saúde não pela necessidade de melhorar a sua prestação mas pela vontade de economizar e neste particular, economizar muito à custa do sacrifício e da insegurança dos cidadãos do Distrito de Vila Real.

Permitam-me que introduza aqui um parêntesis. A recente novela em torno da criação do Serviço de Urgência Básico de S. Pedro do Sul

veio ainda demonstrar que existe uma enorme promiscuidade entre o Governo e o Partido Socialista e entre o que é ou deve ser o interesse nacional e o que é o interesse da Maioria que sustenta o Governo.

É ainda um Governo com a marca indelével do autoritarismo, da intimidação e da prepotência na relação que mantém com os cidadãos e com os seus representantes.

O caso do Senhor Ministro da Agricultura é, neste particular, paradigmático. Este Governante parece mesmo apostado em travar uma cruzada pessoal contra a Casa do Douro e a sua Direcção.

Começou por mandar suspender os pagamentos ao abrigo dos protocolos celebrados entre o IVDP e a Casa do Douro. Mas a imputação directa da responsabilidade pelos salários em atraso motivados por esta decisão fizeram-no recuar.

Iniciou então uma política de intimidação. Começou por ordenar à IGA uma inspecção à Instituição Duriense para logo em seguida ameaçar a Casa do Douro com a execução fiscal por parte de três Institutos Públicos.

E numa altura em que as notícias são encorajadoras e a Casa do Douro consegue concretizar alguns negócios que lhe permitem pagar a grande maioria das suas dívidas à Banca, eis que regressa à ribalta o Senhor Ministro da Agricultura.

Satisfeito, pensarão e dirão alguns! Não. Regressa com nova ameaça, desta feita da retirada do estatuto de associação pública à Instituição.

Mas neste campeonato da prepotência e da intimidação em que parecem participar os Membros deste Governo, o senhor Ministro da Agricultura não está sozinho, tem um feroz concorrente à altura, a lutar pelo

1.º lugar no pódio.

A recente investida do Ministro da Saúde contra o Presidente da Câmara de Anadia, com ameaças num estilo claramente intimidatório cujo único propósito era fazer silenciar o autarca e as populações, é inqualificável e inaceitável num Estado de Direito.

Por último este Governo Socialista é o Governo da mentira e do logro.

Exemplo do que acabo de afirmar, a colocação de portagens em alguns troços da Auto-Estrada Transmontana.

Uma via que o Senhor Primeiro-Ministro apelidava de auto-estrada da Justiça mas que rapidamente se transformou em auto-estrada da iniquidade e da mentira.

Este Governo, e o Partido Socialista que o suporta, enganaram as populações fazendo-as acreditar que esta via seria uma via não portajada.

Foi preciso sair a publicação do concurso para podermos descobrir o logro.

Este é um comportamento ardiloso que não merece perdão.

O Governo traiu a confiança dos transmontanos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Ao fim de três anos de Governação socialista os resultados estão à vista: Mais desemprego, mais abandono, mais exclusão social, mais pobreza, mais desertificação e mais assimetrias regionais.

É este o legado do Partido Socialista.

O que nós defendemos, o que o País precisa e as populações anseiam é uma política de complementaridade entre o País rural e o País urbano, entre o interior e o litoral, que promova o desenvolvimento harmónico e sustentado do todo nacional.

Infelizmente este Governo já provou não estar à altura deste desafio.

Carlos Coelho preocupado com possíveis abusos de hipermercados

O Eurodeputado do PSD Carlos Coelho assinou uma Declaração Parlamentar com outros Deputados do Parlamento Europeu relativa “à necessidade de investigar e corrigir os abusos de poder dos grandes supermercados instalados na União Europeia”

Tendo em conta que a venda a retalho está cada vez mais dominada por um número reduzido de cadeias de supermercados e que estes distribuidores se convertem rapidamente em “guardas” do mercado, controlando o acesso efectivo dos agricultores e outros fornecedores aos consumidores da UE, os eurodeputados mostraram a sua preocupação face a elementos de informação no conjunto da UE que parecem indicar que as grandes cadeias de supermercados abusam do seu poder de compra para pressionar os fornecedores (estabelecidos quer na UE quer no estrangeiro) a baixar os preços até níveis insustentáveis e para lhes impor condições injustas.

Os Deputados salientam na sua missiva que alguns Estados da UE introduziram disposições nacionais para limitar tal abuso, mas considerando que os grandes supermercados operam cada vez mais a nível transnacional, torna-se “conveniente uma legislação da UE harmonizada”.

Carlos Coelho e os restantes deputados pedem assim à Direcção-Geral da Concorrência pa investigar o impacto que a concentração do sector dos supermercados tem nas pequenas empresas, nos fornecedores, nos trabalhadores e nos consumidores e, em particular, a avaliar os abusos de poder de compra que podem decorrer dessa concentração;

Pedem ainda à Comissão que proponha medidas adequadas, incluindo de carácter regulador, para proteger os consumidores, os trabalhadores e os produtores de qualquer abuso da posição dominante ou de consequências negativas se eventualmente se venham a constatar durante essa investigação.



Duarte Freitas

O Deputado do PSD foi nomeado relator do PPE para Comunicação da Comissão Europeia relativa às RUP's (PESCAS)

O Deputado Europeu Duarte Freitas foi recentemente nomeado relator do PPE para a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões, referente aos progressos alcançados e perspectivas futuras relacionadas com a estratégia da UE para as Regiões Ultraperiféricas.

No domínio das Pescas, depois de ter já sido relator do Parlamento Europeu para o POSEI- Pescas e Parceria Reforçada para as RUP's, Duarte Freitas será, desta feita, o responsável do PPE para a avaliação deste dossier, devendo elaborar um relatório de análise aos sucessos e lacunas da abordagem comunitária às RUP's.

Duarte Freitas considera que, “foram dados passos importantes para a redução do défice de acessibilidade das RUP's, melhoria da competitividade e reforço da integração regional destas regiões”. O Eurodeputado refere ainda que, o principal factor para os avanços registados, “foi e é uma parceria activa entre as instituições europeias e estas regiões.”

O Deputado Europeu explicou que

“a presente comunicação elabora um balanço da aplicação da estratégia da UE para as RUP's desde 2004 e propõe, não apenas medidas de curto prazo para a plenitude dessa estratégia de 2004, mas também, um debate sobre os desafios de longo prazo que as RUP's deverão enfrentar no futuro.”

No desempenho das suas funções de Deputado Europeu e membro da Comissão das Pescas do PE, Duarte Freitas pretende “realçar o papel das

RUP's na futura política marítima da EU”.

O Eurodeputado considera que “o posicionamento geográfico das RUP's no Oceano Atlântico, Oceano Índico e Mar das Caraíbas dá uma dimensão marítima mundial à Europa e confere às RUP's papel determinante na construção da abordagem holística que a EU pretende para os Oceanos”.

Duarte Freitas fez questão de referir ainda “o papel que as RUP's e

em particular os Açores, poderão e deverão prestar em certos segmentos da investigação e desenvolvimento tecnológico, incluindo as tecnologias azuis.”

Para Duarte Freitas é também fundamental “que as RUP's promovam o seu potencial marítimo valorizando as actividades económicas ligadas à pesca, aquicultura e turismo costeiro.”





Ricardo Rio (*)

«Crash» nas Bolsas de todo o Mundo

Para muitos Portugueses, este final do primeiro mês de 2008, está envolto em algumas perplexidades e em inúmeros receios no que concerne ao desempenho da economia e da generalidade dos mercados financeiros.

Na passada semana, assistiam ao eco público de mais um crash das Bolsas internacionais, com dimensões apenas superadas (nalguns casos) pelas consequências dos atentados ao World Trade Center no já longínquo 11 de Setembro de 2001.

Da Europa à Ásia, a mínima descida verificada naquela fatídica Segunda-feira 21 de Janeiro situou-se nos 3,86% da Bolsa de Tóquio contra o máximo de quebra de 7,54% dos nossos vizinhos de Madrid (a maior descida da Bolsa Espanhola num único dia desde 1991). Na madrugada seguinte, porém, Hong Kong cairia 8,56% e Tóquio 5,6%.

Em Portugal, foram também ultrapassados os maiores valores de descida do Índice da Bolsa da última década, com uns significativos 5,83% que agravaram ainda mais a tendência de queda que se regista desde o início do ano e que voltou a repetir-se em diversas sessões subsequentes.

Já nos Estados Unidos, onde muitos procuram encontrar as razões últimas para este clima agreste que se vive nos mercados, o feriado evocativo de Martin Luther King, permitiu que as quedas fossem significativamente amortecidas, quando não estancadas, graças à veemente intervenção da Reserva Federal Americana – que promoveu um corte de 0,75% na sua taxa directora de uma só vez.

Mas, perguntarão alguns, até que ponto é que estas oscilações devem preocupar o comum dos cidadãos? Não são estes comportamentos voláteis dos mercados financeiros, e das Bolsas em particular, apenas motivo de apreensão e campo de intervenção para os maléficos especuladores e para um ou outro investidor mais incauto?

A verdade é que se é possível distinguir elementos de natureza estritamente financeira em muitos dos acontecimentos recentes, parece haver também uma ligação umbilical com o que vai acontecendo e se perspectiva venha a acontecer na economia real ao longo dos próximos meses, o que transforma este fenómeno em algo sensível a todos os protagonistas da sociedade.

Afinal, não estaremos a lidar apenas com a situação conturbada de um certo grupo económico, por mais importante que ele pudesse ser no contexto nacional, nem sequer com uma crise que se pode restringir a um espectro restrito do tecido empresarial – se é que era possível isolar no seio do meio financeiro a crise do crédito hipotecário de alto risco (subprime) que visou a banca norte-americana.

No conjunto das economias globalizadas temos hoje a evidência de um sector financeiro manifestamente descapitalizado e enfrentando sérios problemas de incumprimento dos créditos concedidos; um sector imobiliário cuja “bolha” se vem progressivamente esvaziando nas economias mais desenvolvidas; uma contínua instabilidade política e social (igualmente minada pelas perenes ameaças terroristas); e uma

séria ameaça de abrandamento do conjunto da actividade económica.

Pior, se alguns pensavam que este fenómeno se poderia restringir aos Estados Unidos (e que apenas atestaria alguma incapacidade da Administração Bush para sustentar o crescimento económico do País), os indicadores mais recentes parecem sugerir uma célere contaminação de todas as economias mundiais e da europeia, em particular.

A drástica descida das taxas de juro pelo FED não foi obviamente um mecanismo de amortecimento da queda nas bolsas, procurando antes esbater as ameaças depressivas que começam a pairar sobre a economia norte-americana.

Na Europa, à medida que se assiste à derrapagem acentuada dos indicadores de confiança de consumidores e empresas, o BCE poderá não aguentar por muito mais tempo a sua política de submissão estrita da política monetária ao controlo da inflação, até porque, neste momento, as taxas de juro americanas são já mais baixas que os referenciais europeus.

Ao nível governativo, os responsáveis da União tentaram passar uma mensagem de tranquilidade e confiança no futuro, mas ninguém parece acreditar em tais discursos de circunstância.

Para muitos, é tempo de recorrer a outros mecanismos de impulso da actividade económica, como sejam a baixa de impostos, o que volta a colocar sob pressão os resultados atingidos ao nível do controlo dos défices orçamentais.

Os tais Portugueses que referia no início é que poderão nem querer acreditar no que lhes está a acontecer. Seguramente, Portugal não escapará às ondas de choque provocadas por este turbilhão internacional, bem longe das quatro paredes do seu (agora) internacional mercado de capitais.

Sem que se vislumbrem sinais claros da prometida retoma, parece avizinhar-se novo período cinzento da nossa história económica.

É quase como se a montanha russa parasse, antes mesmo de começar a subir... - *Economista, vereador na Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD-Braga*



Notícias da Madeira

Reapreciação do Estatuto da Carreira Docente

O Estatuto da Carreira Docente foi hoje reapreciado e aprovado no parlamento madeirense com os votos da maioria do PSD/M e contra de todos os partidos da oposição com assento na Assembleia da Madeira.

Esta foi a segunda deliberação relativa ao decreto legislativo regional que aprova o Estatuto da Carreira Docente, diploma que foi devolvido, em Dezembro, pelo Representante da República, o juiz-conselheiro Monteiro Diniz, à Assembleia Legislativa para reapreciação devido a “susceptíveis ilegalidades”.

À informação, Alberto João Jardim, sendo questionado sobre qual o contexto em que se inseriam estas decisões, disse que “Não há contexto nenhum. Não vamos fazer da vida corrente assunto de jornal”, mas – para evitar mal-entendidos - aceitou elaborar um “historial disto” e reconhecer “o papel moderador” do Presidente da República em todo este processo.

A saber: o Governo Regional tomou posse no final de Junho. Em Julho apresentou o programa do governo. Entretanto, iniciou-se a presidência europeia. José Sócrates delega em Silva Pereira a coordenação das relações do governo da República com as regiões autónomas, facto que foi comunicado pelo chefe de Gabinete do Ministro da Presidência ao gabinete de Jardim solicitando que “aguardássemos a publicação da alteração à Lei Orgânica”.

Os meses passaram sem novidades: “Nós não quisemos atrapalhar a presidência europeia”, disse Jardim. Em meados de Dezembro, então, Jardim volta à carga e pede uma reunião com o Governo da República.

“Fiz uma carta ao Ministro da Presidência dizendo que era tempo de nos sentarmos à mesa e falarmos sobre os problemas pendentes”, explica.

E o dossier com as questões que o governo regional tem que resolver com o da República já está nas mãos de Silva Pereira: “Enviei há poucos dias um dossier detalhado sobre todos os assuntos pendentes entre todos os ministérios e todos os departamentos do Governo Regional da Madeira”.

Na segunda-feira, Silva Pereira respondeu: “Recebi uma carta do ministro marcando para 31 de Janeiro a reunião que eu já confirmei”, disse. Quanto aos temas, alguns reportam-se às promessas de Durão Barroso, feitas enquanto primeiro-ministro, as



célebres 38 medidas e que nunca foram cumpridas.

Preparação do Congresso Regional de 5 e 6 de Abril

O presidente do PSD-M, Alberto João Jardim, disse que as reuniões que tem mantido com as bases do partido com vista ao congresso regional do partido a 5 e 6 de Abril “estão a correr muito bem”.

“No PSD-M corre sempre tudo bem”, disse à Agência Lusa Alberto João Jardim que se reuniu com os militantes sociais-democratas de São Vicente, Ribeira Brava, Câmara de Lobos e São Gonçalo, no Funchal.

A convocatória do Congresso Regional do PSD-M deverá ser publicada oficialmente no próximo dia 27 de Janeiro, as listas deverão ser entregues até 15 de Fevereiro e as eleições directas para a Comissão Política e Secretariado estão agendadas para o dia 9 de Março.

PSD-Madeira defende “discriminação positiva” no subsídio atribuído às passagens aéreas entre a Madeira e o continente

O PSD/M defendeu hoje a manutenção de uma “discriminação positiva” no subsídio atribuído às

passagens aéreas entre a Madeira e o continente, por forma a que os estudantes recebam um apoio financeiro superior aos residentes.

Em conferência de imprensa, a deputada e líder da JSD madeirense em representação do grupo parlamentar do PSD/M, Nivalda Gonçalves, pronunciou-se sobre o projecto de decreto-lei que regula a atribuição do subsídio de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, no âmbito dos serviços aéreos entre a região o território continental que o Governo da República está a preparar.

O gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros solicitou parecer ao parlamento regional sobre esta iniciativa legislativa, matéria que faz parte da agenda da reunião da comissão parlamentar especializada de Economia, Turismo e Transportes agendada para sexta-feira.

Nivalda Gonçalves sustentou que “deve manter-se a actual diferenciação” no montante do apoio das passagens para residentes e estudantes, tendo em conta que estes alunos efectuam mais viagens no seu processo de formação, “mantendo-se o que estava em vigor, adaptado ao novo modelo”.

“Vamos solicitar ao Estado que atribua um subsídio superior ao estudante e assuma a sua responsabilidade, que é dar-lhe

melhores condições para a formação, numa perspectiva de valorização da educação superior que é necessária em termos de recursos humanos para o país” declarou.

“Estamos de acordo com o novo modelo de liberalização das ligações aéreas mas é preciso salvaguardar que esta diferenciação positiva existente na actualidade se mantenha”, disse.

Adiantou que o PSD/M não pretende definir o valor dessa “diferenciação positiva”, que presentemente era de 40 por cento de desconto face à tarifa pública com tecto máximo de 113 euros sem taxas, acrescentando que “visto estar estipulado o subsídio de 60 euros por passagem, tem de ser adequada essa diferença, não é um cálculo linear”.

“Vamos deixar o alerta e depois, dentro do modelo que se vai estudar, conseguir um subsídio superior aos 60 euros”, afirmou.

Nivalda Gonçalves salientou que esta pretensão constará assim do parecer da segunda comissão parlamentar, estando o decreto-lei ainda está em fase de discussão.

“Esperamos que tenham em consideração esta situação, mas se não for aprovado em Conselho de Ministros, podemos usar outras formas, nomeadamente a alteração da lei ou um novo diploma que salvede o diferencial”, admitiu. –

Fonte: Lusa; fotos, arquivo PL

Demolição de barracas no Bairro Fim do Mundo sem incidentes, após terem sido realojadas as famílias

Após terem sido realojadas as famílias nelas residentes, foram ontem demolidas 13 barracas no Bairro do Fim do Mundo, Estoril. Até Maio de 2009, em diferentes momentos, serão demolidas as restantes 40 barracas ali existentes que alojam ainda 49 famílias.

Paralelamente, foram desalojados 26 indivíduos isolados, aos quais foi oportunamente dada a conhecer a possibilidade de, se o desejassem com o apoio dos técnicos da Câmara, formalizarem junto do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, as respectivas candidaturas a renda apoiada e outros mecanismos de

todo e qualquer cidadão oriundo de outros locais que, por sua exclusiva opção e nalguns casos muito recentemente, se fixa no nosso território, submetendo-se a sobreviver em condições muito precárias. Existem ainda recenseadas na Câmara Municipal 280 famílias fora de bairros de barracas a viver em condições gravemente precárias que merecem a nossa prioridade, às quais se juntam milhares de pedidos de habitação a custos sociais.

Registamos a presença activa em todo este processo de contestação relativo às demolições efectuadas no bairro do Fim do Mundo, não só de



apoio social. Até hoje nenhum destes indivíduos se socorreu desta possibilidade. Para as situações mais fragilizadas, os técnicos estão a realizar um trabalho mais estreito na procura de soluções com o apoio da Segurança Social.

A Câmara Municipal de Cascais assumiu o compromisso político, social e humano de realojar todas as famílias monoparentais ou biparentais residentes em barracas no território concelhio até Novembro de 2006, data do último recenseamento efectuado pelos serviços, tivessem estas sido recenseadas no âmbito do Programa Especial de Realojamento em 1993, ou não. Estamos a cumprir essa promessa tendo como horizonte temporal colocar um ponto final no Bairro do Fim do Mundo em Maio do próximo ano.

Não podemos, contudo, proporcionar o devido alojamento a

organizações nacionais sem ligações a Cascais, mas também de indivíduos de nacionalidade estrangeira que assumem um papel activo nas movimentações que ocorreram de contestação às demolições.

Até à próxima sexta-feira fica concluída a limpeza dos destroços resultantes de mais uma operação de demolição de barracas no Bairro do Fim do Mundo na freguesia do Estoril.

Esclarece-se que no local onde se situa o Bairro do Fim do Mundo será construído um Centro Comunitário de cariz social e não, como erradamente foi insinuado em certos Órgãos de Comunicação Social, qualquer empreendimento urbanístico de carácter habitacional. De resto, para além do terreno onde se situará o referido Centro Comunitário, o restante espaço é praticamente todo inserido na Reserva Ecológica Nacional, pelo que não é susceptível de qualquer

construção. – Comunicado de A. d'Orey Capucho, Presidente da CMC

Cascais distinguido com Prémio Turismo de Portugal: Farol-Museu de Santa Marta recebe Menção Honrosa Cidade

O projecto de requalificação do Forte e Farol de Santa Marta foi reconhecido este mês com a “Menção Honrosa Cidade - Intervenções de natureza física localizadas em ambiente urbano”, atribuída pelo Ministério da Economia e da Inovação, no âmbito da edição 2007 dos Prémios Turismo de Portugal.

A entrega do galardão aconteceu esta semana, no decurso da Bolsa de Turismo de Lisboa, e demonstra o reconhecimento da Administração Central “à efectiva requalificação da oferta turística” (...) que contribui directa e indirectamente para a prestação de um serviço de qualidade e para a satisfação de quem nos visita, para além do reconhecimento do impacto decisivo destes projectos na melhoria da qualidade de vida das populações locais”, como referiu na ocasião, Bernardo Trindade, Secretário de Estado do Turismo.

Inaugurado em Julho de 2007, este espaço de cultura e lazer, que se constitui como o único equipamento no país dedicado à temática faroleira, foi já visitado por mais de 17 mil nacionais e estrangeiros.

No Farol Museu de Santa Marta oferece-se um espaço expositivo criado

nas antigas residências dos faroleiros com dois núcleos de exposição permanentes e um pequeno auditório. O visitante usufrui ainda dos belíssimos espaços exteriores, com uma ampla vista para o mar, área de recepção e loja, centro de documentação e, a breve trecho, cafetaria com esplanada. Esta infraestrutura tem sido, igualmente, palco de múltiplos eventos e prossegue o objectivo de diversificação e qualificação dos espaços expositivos e culturais do concelho de Cascais.

Projecto da autoria dos arquitectos Francisco e Manuel Aires Mateus e com programa museográfico de Joaquim Boiça, o Farol-Museu significou um investimento de 1,7 milhões de euros e resulta de uma parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Cascais e a Marinha Portuguesa (Direcção de Faróis).

Inaugurada estátua de D. Carlos I

Cascais assinala no próximo dia 1, a partir das 15H00, a passagem de 100 anos sobre a morte do Rei D. Carlos, com a inauguração de uma estátua da autoria do escultor Luís Valadares. Nesta ocasião será também lançada uma brochura alusiva à vida de D. Carlos de Bragança.

Figura incontornavelmente ligada ao concelho, D. Carlos de Bragança explorou ao longo da vida diversas facetas reveladoras de grande talento individual, quer para o desporto, em especial para a vela, pesca, remo, natação, equitação, tiro, caça, ténis ou



futebol; quer para as artes, com grande enfoque na pintura, obra que lhe mereceu o título de “expoente do naturalismo português”, pela Sociedade Nacional de Belas Artes; quer para a ciência, sendo responsável pela promoção de 12 campanhas oceanográficas entre 1896-1907, montando em Cascais o primeiro laboratório de biologia marítima do país.

Em Cascais, onde a família real fixou residência oficial na Cidadela nos períodos de veraneio a partir de 1870, encontrou o cenário ideal para apurar esses interesses artísticos e curiosidade científica insaciável. D. Carlos cataliza o desenvolvimento da pequena vila piscatória, projectando-a como destino turístico da moda.

Em reconhecimento pelo valor da sua presença, Cascais presta homenagem a D. Carlos com a inauguração de uma peça escultórica em bronze de grande valor artístico da autoria do mestre Luís Valadares que irá ser colocada à entrada do passeio D. Maria Pia, junto à Cidadela. Neste

mesmo dia, será também apresentada uma brochura que retrata os principais momentos da vida de D. Carlos no concelho.

O Rei é representado a bordo do (último) iate “Amélia” em pé, junto à amurada, olhando a baía, com uns binóculos na mão. Encontra-se rigorosamente vestido à época, em uniforme de trabalho, da Marinha.

O conjunto assenta numa base de forma circular em pedra “azulino de Cascais”, bujardada de modo a simbolizar o mar.

A figura do Rei é em bronze, fundido pelo método de “cera perdida”. A secção do “Iate” é constituída por aço, ferro, latão e madeira.

«Casa das Histórias e Desenhos de Paula Rego»

Arranca na segunda-feira a construção da “Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego, no terreno anexo ao Museu do Mar, em Cascais. Com um prazo de 300 dias, este

importante equipamento cultural deverá estar concluído até ao final do ano.

A “Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego”, um dos nomes mais importantes da pintura figurativa do panorama artístico contemporâneo, constituirá um marco na oferta cultural de Cascais a nacionais e estrangeiros, reforçando a identidade e vocação de um perímetro pontuado por outras importantes unidades museológicas, de recreio ou investigação como a Cidadela, Centro Cultural de Cascais, Museu Conde de Castro Guimarães, Casa de Santa Maria, Farol-Museu de Santa Marta e Casa Henrique Sommer, futuro Arquivo Histórico Municipal.

Terá como principal núcleo expositivo o importante acervo de pinturas e gravuras da autoria de Paula Rego e Victor Willing doado em Agosto de 2006 pela autora à Câmara Municipal de Cascais, entre outras peças elaboradas em suportes mais originais no conjunto da obra da pintora, como a tapeçaria de grandes dimensões que tem por base a obra “Alcácer Quibir”, um dos raros trabalhos de Paula Rego que passou a suporte têxtil.

Prevê-se que a “Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego” esteja concluída até ao final de 2008. Fruto de um projecto do arquitecto Eduardo Souto de Moura, virá dotar Cascais de 750 metros quadrados de novas áreas de exposição permanente e temporária, a que se juntam um auditório com capacidade para 200 pessoas, uma biblioteca e livraria, bem como diversas áreas de apoio técnico e científico. A empreitada foi adjudicada pela Câmara Municipal de Cascais ainda em 2007, à empresa Empreiteiros de Cascais, S.A, pelo valor de 3.986.654,18 Euros.

Velez Project ao vivo, no Du Arte Lounge do Casino Estoril

Com um ciclo de actuações acústicas, os Velez Project apresentam um repertório muito versátil nas noites de animação do Du Arte Lounge. Acompanhada pela sua banda, Teresa Velez privilegia as sonoridades jazzísticas com influências de bossa

nova, “swing blues” e R&B.

Trata-se de um quarteto de músicos de diferentes nacionalidades, que apresenta, ao vivo, os principais temas dos seus álbuns de originais. A vocalista Teresa Velez é secundada por Markus Britto, na guitarra e no baixo, Henry de Sousa, na bateria, e Ernesto Leite, ao piano.

Fundada em 1998, a banda distinguiu-se, desde logo, pelas suas actuações em espaços de cariz intimista, interpretando diversos “covers” que reuniam êxitos de nível internacional.

Em 2001, os Velez Project lançaram o seu primeiro disco intitulado “Natural”, criando, assim, um espaço próprio no panorama musical. Entre outros temas, destacam-se neste registo “Samba de um Tempo Bom”, “Páginas Secretas”, “Trying Times” ou “Something Over Me”.

Em busca de novos êxitos, o grupo editou, em 2005, “Luz in the Night”. Neste disco com 14 faixas, constam canções como “Arara Azul”, “Um Ser Iluminado”, “Valeriane”, “Menina Diva do Mar” e “Quero Acreditar”.

As noites de música ao vivo no Du Arte Lounge, integram, também, a Gipsy Band, Orquestra Casino e Pedro Malagueta, Garden Quarteto, Nicole Eitner, The Cadillacs, Karma e The Profilers. Com entrada livre, os visitantes do Casino Estoril podem, assim, apreciar diferentes estilos, entre as 21 horas e as duas e meia da madrugada.

- Segunda-Feira – Gipsy Band
 - Segunda-Feira, Quinta-Feira, Sábado e Domingo - Orquestra Casino
 - De Terça-Feira a Sábado - Orquestra Casino acompanha o intérprete Pedro Malagueta
 - De Terça-Feira a Domingo - Garden Quarteto
 - De Quarta-Feira a Sexta-Feira – Velez Project
 - Sexta-Feira e Sábado – The Cadillacs
 - Terça-Feira e Quarta-Feira – Nicole Eitner
 - Domingo a Segunda-Feira – Karma
 - De Segunda-Feira e Terça-Feira – The Profilers
- Fonte: Gab. Press. CMC



Notícias de Ovar

ROTEIRO DA COMPETITIVIDADE

Uma iniciativa do PSD de Ovar

O Concelho de Ovar possui um tecido empresarial muito activo, dinâmico, aberto ao exterior e com uma forte vocação exportadora.

Em termos económicos e empresariais, Ovar é um dos concelhos mais dinâmicos e empreendedores do Distrito de Aveiro.

No Concelho de Ovar estão concentradas muitas e importantes empresas em diversos sectores de actividade. Muitas dessas empresas caracterizam-se por uma elevada vocação exportadora. São empresas e marcas de assinalável sucesso mundial, algumas líderes do seu segmento de mercado.

Algumas são marcas empresariais globais, com presença em todo o Mundo. Outras são marcas portuguesas e, concretamente, são marcas vareiras. Outras mais intimamente ligadas ao nosso concelho. Outras apenas aqui localizadas, mas já com raízes criadas. É aqui que criam emprego, pagam impostos e geram riqueza.

Por sua vez, os empresários vareiros são empreendedores e assumem, com coragem, o risco pelos seus investimentos.

De acordo com os dados mais recentes da Direcção Geral de Contribuição e Impostos, no Concelho de Ovar existem 1.459 sujeitos passivos de IRC, que geram um lucro tributável de 87 milhões de euros, catapultando o município para um honroso 35º lugar em termos nacionais (num total de 308 municípios).

Em termos distritais, o Concelho de Ovar atinge o quarto lugar, logo a seguir a Aveiro, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Por aqui, também se confirma a boa performance do tecido empresarial do nosso concelho ao nível da região onde está inserido.

Num concelho onde os elevados níveis de desemprego são uma chaga social que afecta cerca de 3.000 pessoas, o papel desempenhado por todas estas empresas é muito importante para a criação de



novos empregos e geração de riqueza, assim como, para o desenvolvimento da nossa terra.

Por isso, o PSD de Ovar decidiu lançar a iniciativa **ROTEIRO DA COMPETITIVIDADE** que tem por principal objectivo conhecer e dar a conhecer o que de bom se faz na nossa Terra: as empresas, os empresários, os produtos fabricados, os processos inovadores utilizados e os mercados internacionais mais procurados.

Assim, o PSD de Ovar vai iniciar um conjunto de visitas a empresas do concelho de Ovar, desde grandes empresas até pequenas e médias empresas, passando também por empresas de base familiar.

Uma iniciativa que visa fundamentalmente valorizar a competitividade e a capacidade de inovação do tecido empresarial do Concelho de Ovar.

PRIMEIRA ACÇÃO: 28 de Janeiro de 2008

VISITA DOS DEPUTADOS DO PSD ELEITOS PELO CÍRCULO DE AVEIRO

Visita

9h30	F. RAMADA Cova do Frade - Ovar
11h00	BOSCH SECURITY SYSTEMS Zona Industrial de Ovar, EN 109
12h30	Briefing com a Comunicação Social - CPS/PSD-Ovar

CPS de Ovar recomenda aproveitamento tempestivo dos Fundos Comunitários

No período antes da ordem do dia, da reunião de Câmara da passada semana, os Vereadores do PSD apresentaram ao executivo uma recomendação para o aproveitamento dos fundos comunitários já disponíveis do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), nomeadamente através do Programa Operacional Regional do Centro 2007-

2013 (PO Centro), que se destina exclusivamente à zona centro do país.

De acordo com os Autarcas do PSD, “se tivermos em conta, por um lado, os problemas de coesão que persistem na Região e o desafio da competitividade com que esta está confrontada e, por outro lado, a significativa dimensão do pacote financeiro que o QREN coloca ao dispor dos agentes regionais para comparticipação nos seus investimentos, facilmente nos apercebemos de que este quarto Quadro Comunitário de Apoio constitui uma grande oportunidade, que não pode ser desperdiçada, para se conseguirem soluções decisivas”.

O PO Centro, só por si, dispõe de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, associado a uma comparticipação nacional de cerca de 1,2 mil milhões, o que conjuga um investimento total de 2,9 mil milhões de euros nos sete anos de realização do programa.

No âmbito deste programa os Vereadores do PSD recordaram ao executivo que já se encontram abertas candidaturas para concursos especialmente direccionados aos municípios, tais como um conjunto de Apoios à Modernização Administrativa, as Parcerias para Regeneração Urbana e, sobretudo, a Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

Na recomendação dirigida ao executivo, o PSD especificou a importância de cada um dos referidos concursos:

Deste modo, o objectivo do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, é o de criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, promovendo medidas de integração transversal de serviços públicos, assim como a simplificação administrativa, procedimental e tecnológica dos processos administrativos.

As Parcerias para Regeneração Urbana visam





Vereadores do PSD criticam inércia da Câmara na aquisição de terrenos para obra fundamental

Os vereadores do PSD criticaram, em reunião do executivo municipal, a inércia da Câmara de Ovar, que demorou nada menos do que NOVE MESES para avançar com a aquisição dos terrenos destinados à construção de novo Centro Educativo dos Combatentes.

A aquisição dos terrenos foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara de 15 de Março último mas só agora, em Janeiro de 2008, a autarquia ordenou a celebração de escritura de compra e venda dos terrenos em questão.

Este é mais um claro exemplo da inércia, senão mesmo da ineficiência, com que são tratados pela Câmara Municipal de Ovar assuntos da máxima relevância, como é o caso desta obra estruturante para o sector da Educação na cidade de Ovar. Pelo que, o PSD de Ovar lamenta que até um processo burocrático tão simples como este tenha merecido da parte desta Câmara Municipal uma resolução tão lenta.

O PSD espera também que, a bem da execução dos projectos que estão definidos pela Carta Educativa do Concelho, os restantes procedimentos para a construção deste e de outros Centros Educativos sejam cumpridos de forma célere e competente.

– CPS/PSD-Ovar

promover programas integrados, para, entre outros objectivos, a valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente centros históricos e frentes ribeirinhas e marítimas; a qualificação de periferias urbanas e de outros espaços relevantes para a estruturação urbana; a renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados; e a requalificação de bairros críticos, onde a situação social e económica ou a degradação urbana justifiquem uma intervenção especial. Salienta-se que este concurso está aberto apenas até ao próximo dia 17 de Abril, com uma dotação orçamental de 25 milhões de euros e uma taxa máxima de participação de 70%.

Quanto à Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, o programa vai desenvolver-se na perspectiva da criação de Centros Escolares, promovendo a utilização de edifícios escolares dotados de elevada qualidade arquitectónica e funcional, que possibilitem um eficaz reordenamento da rede educativa e contribuam para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos. No âmbito deste programa, serão financiadas intervenções que tenham como objectivos, entre outros, a Construção/ampliação/requalificação de escolas básicas que integrem, preferencialmente, o 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar, na perspectiva da criação de Centros Escolares; a progressiva suspensão do funcionamento das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico de reduzidas dimensões; e a eliminação de todos os edifícios de construção precária, nomeadamente pavilhões pré-fabricados. Este programa, com um interesse acrescido para o Município de Ovar, cuja Carta Educativa prevê o encerramento de várias escolas e a criação de oito novos Centros Educativos, é, para os Vereadores do PSD, uma oportunidade de máxima importância. Por isso, sublinha-se que o concurso está aberto até ao próximo dia 31 de Março, e tem uma dotação orçamental de 22 milhões de euros.

Assim, os Vereadores do PSD consideram que esta é uma grande oportunidade que não pode ser desperdiçada e, por isso, recomendam ao executivo municipal a apresentação do maior n.º de candidaturas para que o nosso Município possa

beneficiar desta vaga muito significativa de fundos comunitários. – CPS/PSD-Ovar

Notícias de Braga Vereadores da Coligação promovem debate sobre a Reforma do Sistema Educativo no 1.º Ciclo

A Escola tem de ser cada vez mais uma comunidade de aprender; de aprender a ser e de aprender a saber. É no âmbito deste conceito de Escola Nova que pretendemos reflectir sobre o sistema de educação ao nível do 1.º ciclo, nas vertentes das actividades de enriquecimento curricular, de fornecimento de refeições e na componente de apoio às famílias.

Nesta reflexão, a realizar amanhã, Sábado, dia 26 de Janeiro pelas 15,00 horas, no Auditório da Associação Industrial do Minho, pretendemos envolver todos os parceiros e agentes directamente envolvidos nas vertentes acima referenciadas, como bem atesta o painel de oradores já confirmado:

Firmino Marques, Presidente da Junta de Freguesia de S. Victor
Manuel Lomba, Presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social
José Carlos Loureiro, Presidente da Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação

Leonel Rocha, Vereador com o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Ao longo das últimas semanas, foram para o efeito endereçados convites a todas as Juntas de Freguesia, às Direcções das Escolas e Agrupamentos, às Associações de Pais, às IPSS, aos Deputados Municipais da Comissão de Educação, aos Deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Braga, ao responsável do CAE (que não estará presente por necessitar de autorização da DREN) e ao Presidente da Câmara Municipal de Braga (que se escusou a responder ao convite).

Relativamente aos demais destinatários, foi também solicitado que enviassem antecipadamente os seus contributos para o enriquecimento do debate, o que veio efectivamente a acontecer com a recepção de cerca de duas dezenas de relatos de situações concretas vividas no terreno.

Com esta iniciativa, pretende-se pois elencar os aspectos positivos da implementação da actual reforma do 1.º Ciclo e evidenciar as falhas e lacunas existentes no terreno, com vista a que a partilha de experiências possa contribuir para a melhoria da formação ministrada aos jovens do Concelho de Braga e ao enriquecimento da política educativa do Município.

A participação no evento é livre para todos os interessados.

– CPS/PSD-Braga

Bruno Vitorino insiste em esclarecer o polémico projecto de licenciamento de piscicultura no Sapal de Corroios

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, acompanhado pelo presidente da Secção do Seixal, Paulo Edson da Cunha e Nuno Banza, coordenador do Grupo de Trabalho de Ambiente da Distrital, reuniram no dia 22, com técnicos da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, com vista a obterem esclarecimentos sobre o polémico processo de licenciamento de uma piscicultura no Sapal de Corroios, no concelho do Seixal.

As zonas de Sapal, de que é representativo o Sapal de Corroios, são zonas ambientalmente sensíveis, incluídas na Reserva Ecológica Nacional (REN), com espécies de fauna e flora que urge preservar.

Recorde-se que a CCDR, com um parecer positivo da Câmara Municipal do Seixal, prepara-se para autorizar a instalação duma actividade económica em pleno Sapal, contrariando decisões de 2003, tomadas por responsáveis anteriores, que consideravam ilegais tais actividades.

É convicção do PSD que há contornos muito estranhos e que importará clarificar neste processo, que levaram inclusive a Câmara Municipal do Seixal e a CCDR a alterar a sua posição.

O PSD solicitou cópia de um conjunto de documentos que vão, certamente, ajudar a esclarecer o assunto do ponto de vista técnico-jurídico. Os dirigentes querem também saber qual o envolvimento do membro do Governo com a tutela da área.

O PSD solicitou a marcação de reunião conjunta à CCDR, que agora teve lugar, aguardando ainda a resposta a igual pedido feito, na mesma data, ao presidente da Câmara Municipal do Seixal.

Estamos certos que o Presidente de uma Câmara Municipal eleito após o 25 de Abril, num regime de poder local democrático, não deixará sem resposta, por muito mais tempo, uma solicitação feita por um partido de oposição. -CPD/PSD-Setúbal

Comissão Política Distrital reuniu para análise da situação política, com destaque para Alcochete e para a co-incineração na Arrábida

A Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal reuniu no dia 21 de Janeiro, tendo analisado a situação política nacional e distrital, com especial destaque para o anúncio da localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, a decisão do Supremo Tribunal Administrativo que deu autorização para o início da co-incineração, na cimenteira Secil, no Parque Natural da Arrábida e a nova lei eleitoral autárquica, recentemente aprovada na generalidade na Assembleia da República.

A CPD/PSD congratula-se com o anúncio da localização do novo aeroporto, esperando que esse investimento seja efectivamente concretizado. O novo aeroporto internacional de Lisboa no Distrito de Setúbal deverá ser a âncora do desenvolvimento desta região. Para além do natural crescimento que esse investimento vai proporcionar, deverão ser adoptadas medidas integradas e transversais, na mobilidade e acessibilidades, na saúde, na educação, no ambiente e em tantos outros vectores, para que esta oportunidade venha trazer qualidade e desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à co-incineração, e não obstante a decisão do Supremo Tribunal Administrativo, a CPD do PSD de Setúbal reitera a sua total oposição à queima de resíduos perigosos em pleno Parque Natural da Arrábida, e manifesta, uma vez mais, intenção de não abandonar este tema, até que haja uma mudança numa política desastrosa para um dos Parques Naturais mais bonitos da Europa.



Quanto à nova lei eleitoral autárquica, a Comissão Política Distrital considera que existindo aspectos na nova lei que são benéficos para o funcionamento dos órgãos autárquicos municipais, existem outros, que deixam alguma preocupação, em especial no que diz respeito a um desvio relativamente ao princípio da proporcionalidade, porquanto nesta nova lei, nos moldes em que está, a força política que ganhar as eleições terá direito à maioria dos vereadores no executivo, mais o Presidente da Câmara. Tal facto faz com que as maiorias a formar sejam absolutíssimas e não apenas absolutas.

Outro aspecto abordado com alguma preocupação prende-se com o facto de, a par deste projecto-lei, não terem sido aprovadas as alterações à Lei 169/99, no sentido de se reforçar as atribuições e competências das Assembleias Municipais. Esse reforço

é uma necessidade, atendendo ao modelo de governação autárquica já aprovado na generalidade pela A.R.

Atendendo à implicação desta lei na vida autárquica, a Comissão Política Distrital Alargada deliberou agendar uma reunião geral com todos os autarcas do Distrito, a realizar no próximo Sábado, dia 26 de Janeiro, com o objectivo de analisar e debater esta nova lei eleitoral autárquica, bem como pedir, com carácter de urgência, uma reunião ao Presidente do PSD, Dr. Luís Filipe Menezes.

Foi ainda aprovada a constituição de 4 grupos de trabalho sectoriais e respectivos coordenadores:

- Grupo de Trabalho da Saúde, Coordenador: Manuel Gouveia
- Grupo de Trabalho Grandes Investimentos, Coordenador: Mário Neto
- Grupo de Trabalho de Emprego e Formação, Coordenador: Paulo Edson
- Grupo de Trabalho de Ambiente e Sustentabilidade, Coordenador: Nuno Banza - CPD/PSD-Setúbal

Célia Bandeira reeleita Presidente da CPS do PSD de Sines

Célia Bandeira foi reeleita Presidente da Comissão Política de Secção de Sines do PSD numa votação expressiva dos militantes social-democratas, que participaram significativamente neste acto eleitoral.

A líder do PSD/Sines refere que a nova Comissão Política de Secção (CPS) eleita irá ter a responsabilidade de preparar as próximas eleições autárquicas, como também ajudar o partido a vencer as legislativas e as europeias.

Célia Bandeira sublinhou que durante os últimos dois anos foi sendo feito um trabalho de aproximação à população, algo que irá ser reforçado neste mandato.

A líder dos sociais-democratas de Sines afirma que a área da participação e representação da população é, e terá que continuar a ser, uma das bandeiras que o PSD irá ter de explorar no concelho, dando voz e representação às causas públicas.

O PSD irá continuar a exigir que a acção do Executivo Camarário, seja feita de uma forma transparente e consequente, para que todos possam ser ouvidos e para que todos possam ajudar ao desenvolvimento de Sines.

Na esfera do partido, Célia Bandeira pretende tornar o PSD ainda mais dinâmico e participativo, sendo este um objectivo para o qual todos os militantes devem contribuir. - CPS/PSD-Sines





Notícias do Algarve

Alberto João Jardim em Castro Marim pede aos militantes que “não façam conspirações, não andem com baboseiras nos jornais, tenham calma”

Alberto João Jardim, confessou-se “irritado” com o clima “conspiratório” dentro do PSD e apelou a que os militantes se mantenham “quietos e calmos” pelo menos até ao fim deste ano.

“Começo-me a irritar com uns jantares e almoços conspiratórios com uns meninos lá de cima do Porto, que nunca me cheiraram bem, com toda a franqueza, uma gente com a qual eu não me identifico”, afirmou.

O presidente do PSD/Madeira falava perante cerca de meio milhar de militantes e simpatizantes do concelho de Castro Marim, Algarve, no final do jantar de Ano Novo de militantes do PSD do concelho que tradicionalmente se realiza na última semana de Janeiro e em que foi o “convidado especial”.

Alberto João Jardim, confessou-se hoje “irritado” com o clima “conspiratório” dentro do PSD e apelou a que os militantes se mantenham “quietos e calmos” pelo menos até ao fim deste ano.

“Cada um tem o direito de ter as suas posições livres dentro de um partido, mas para bem do partido pelo menos até ao fim deste ano estejam todos quietos e calmos”, apelou.

Pediu aos militantes para que “não façam conspirações, não andem com baboseiras nos jornais, tenham calma”, sublinhando a necessidade de “dar tempo ao tempo” para que se afirme a nova direcção do partido, liderada por Luís Filipe Menezes.

“Se há pessoa interessada em que o senhor Pinto de Sousa, mais conhecido por José Sócrates, seja derrotado nas próximas eleições, sou eu, que fui perseguido por ele, agora não estraguem o único partido que pode derrotá-lo, que é o PSD”, exigiu.

Sobre a regionalização - um dos temas fortes do discurso de Jardim - afirmou que o PSD não pode perder a iniciativa e que o PS, que “agora começa a falar de regionalização”, é “o partido mais centralista que existe”.

“O Partido Socialista é a União Nacional do novo regime, estão lá tipos da extrema-esquerda à extrema-direita, eles não se importam com a ideologia de cada um. Querem é ter o poder a qualquer preço”, acusou.

Respondendo ponto a ponto a



alguns argumentos dos adversários da Regionalização, o líder madeirense sustentou que, se a Regionalização do Continente for feita, “vamos fazer importantes mudanças em Portugal”, disse, garantindo que quem não quer aquele modelo “São os grandes interesses que estão sedeados em Lisboa”.

“Uma das razões para o atraso do país é não se ter feito atempadamente a regionalização do Continente”, defendeu.

Distribuindo críticas ao Governo de acordo com os vários sectores da Administração, Alberto João Jardim censurou o “controlo e interferência na vida privada dos cidadãos” protagonizados pelo Executivo.

“Qualquer dia não me admiraria que tivéssemos que dar satisfações ao Governo do senhor José Sócrates sobre a cor da nossa roupa interior”, ironizou, observando que “tudo anda a ser regulamentado e dirigido pelo Estado”.

Acusou o Governo de estar a “arrastar o País” para um controlo e uma interferência na vida privada dos

cidadãos que nenhum homem livre, nenhum país livre pode aceitar”.

Já antes, o líder do PSD/Algarve, Mendes Bota, estabelecera várias comparações entre o actual Governo e o Estado Novo, nomeadamente no que respeita à vigilância policial e fiscal.

“Salazar tinha a PIDE, agora temos uma ASAE, uma polícia que persegue os cidadãos e uma máquina fiscal que persegue as pequenas e médias empresas”, assinalou.

Durante o jantar, o actual presidente da Câmara de Castro Marim, José Estevens, anunciou que se recandidatará ao cargo em 2009. –

Fonte: Lusa; fotos Arquivo PL

A arbitrariedade abate-se sobre Vila do Bispo

“A propósito das posições do PSD sobre as gravíssimas situações protagonizadas pelo ICNB e pelo Governo no Município de Vila do Bispo, o PS/Algarve resolveu despertar da sua longa letargia, para se armar em pronto-socorro governamental,

tentando confundir as populações, escamoteando a verdade e argumentando com interpretações forçadas da Lei.

“Diz o PS/Algarve que os embargos se devem à caducidade dos Alvarás.

“O PS/Algarve, na sua triste figura de comissariado político desprovido de conhecimento jurídico desconhece que, no caso de um Alvará, nas circunstâncias em que os visados se encontram, a sua caducidade só se opera, nos termos da Lei, com a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal?

“O PS/Algarve argumenta com a caducidade dos Alvarás, o ICNB/Ministério do Ambiente argumenta com conceitos de ordem processual e valoriza discussões sobre conceitos de perímetro urbano e de aglomerado urbano.

“Tudo o que estas entidades argumentam está devidamente desmentido por eminentes juristas, publicistas de doutrina sobre esta matéria.

“Nunca o Estado cometeu depois do 25 de Abril arbitrariedade tão



grande como aquela que abusivamente está a materializar; o princípio da certeza jurídica das coisas foi grosseiramente posto em causa; os direitos adquiridos estão a ser pisados pelo ICNB/Ministério do Ambiente; o respeito pelo Município de Vila do Bispo e pelas suas populações está a

ser grosseiramente violado.

“De ilegalidade em ilegalidade, o ICNB, com a cobertura do Governo, e agora também do PS Algarve, vem com argumentos processuais querer esconder uma verdade material e política que se resume ao seguinte:

“O ICNB e o Governo não querem

nenhum desenvolvimento no Município de Vila do Bispo.

“Vila do Bispo, para eles, servirá como jardim de zonas altamente desenvolvidas onde há emprego e riqueza, coisas a que Vila do Bispo não terá direito, por vontade, não das suas populações, mas por vontade de uns

quantos funcionários não eleitos que, falando em nome do Ambiente, querem cuidar da nossa terra depois de terem deixado estragar as deles.

“E não se preocupa o PS/Algarve, tal como vem descrito nas pobres justificações para as medidas de salvaguarda agora decretadas pelo Governo, que seja a brutal carga urbanística que vem sendo aprovada no município de Lagos, a justificar a restrição total que se abate sobre Vila do Bispo? Que sentido de equidade é este. A uns permite-se tudo, a outros restringe-se tudo?

“Afinal, somos ou não todos Portugueses?

“Onde está a equidade?

“Enquanto o Governo promete a zona da OTA desenvolvimento compensatório, Vila do Bispo sofre uma agressão brutal e irresponsável.

“Vai-nos valer a Justiça, porque estamos convictos que não deixará de estar do nosso lado!

“Mas, até lá, não vamos parar, e vamos apoiar as populações em todas as manifestações que dentro da Lei possam expressar a profunda indignação geral.

“Em defesa da Justiça, da equidade e da dignidade, contra a brutal exclusão de toda uma população que, acima de tudo, não merece ser assim tratada. –

CPS/PSD-Vila do Bispo

Notícias de Sintra

“As estrelas da Quinta”

O fotógrafo francês Thierry des Ouches traz a Sintra uma exposição composta por 52 magníficas fotografias, em tamanho gigante, de animais de quinta. Promovida pela Câmara de Sintra, esta mostra está patente de 1 de Fevereiro a 31 de Março, no Largo do Palácio da Vila.

São fotografias de grande impacto, não só pelo seu tamanho, mas igualmente pela notável qualidade estética que acarretam: pela multiplicidade das silhuetas, das cores e das formas que transportam; e pelos pormenores das vestes, das texturas, dos olhares que encerram.

Com o seu inigualável talento, Thierry des Ouches captou imagens de mais de 150 espécies no seu habitat natural, e estes extraordinários retratos, bem como, a sensação de um encontro “frente-a-frente”, fazem-nos sentir toda a candura e frescura dos animais da quinta.

Vista por milhares de pessoas, a exposição já passou pelas mais famosas artérias de algumas das grandes cidades francesas, como Paris, Rouen, Dijon e Lyon. A entrada é gratuita.



“Cuidados a ter com a compra a crédito”

Quais as modalidades de crédito existentes? Que encargos lhe estão associados? Que cuidados deve ter na contratação de um crédito pessoal? Estas e outras questões vão ser respondidas em sessões de esclarecimento destinadas aos consumidores, que se realizam hoje e depois de amanhã, em S. Marcos e Rio Mouro.

Hoje, a sessão de esclarecimento decorreu nas instalações do Centro Lúdico de S. Marcos, pelas 17h00. No dia 1 de Fevereiro, a partir das 15h00, a sessão decorre no Auditório da Escola Secundária Leal da Câmara, em Rio de Mouro.

No âmbito da colaboração entre a DECO e a Área Metropolitana de Lisboa, a Câmara Municipal de Sintra, através do Serviço Municipal de Informação ao Consumidor, promove a realização de sessões de esclarecimento destinadas aos consumidores.

A aquisição de bens e produtos encontra-se muito facilitada pela contratação de crédito fácil e rápido. Tal situação conduz a diversas dificuldades de muitas famílias portuguesas.

O nível de endividamento actualmente existente no nosso país torna urgente o esclarecimento dos consumidores. – Fonte: Gab Imp. CMSintra



AMARES

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir no próximo dia **9 de Fevereiro de 2008**, pelas 21h00, na sede concelhia de Amares, sito na Rua Dr. Eduardo Gonçalves, na Freguesia de Ferreiros, Concelho de Amares, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto um: Análise e votação das contas do exercício de 2007;

Ponto dois: Outros assuntos de interesse para o Partido.

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia terá início 30 minutos mais tarde com o número de militantes presentes.

AMARES

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir no próximo dia **15 de Março de 2008**, pelas 16h00, na sede concelhia de Amares, sito na Rua Dr. Eduardo Gonçalves, na Freguesia de Ferreiros, Concelho de Amares, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: A votação decorrerá entre as 16h00 e as 19h30.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CHAVES

Nos termos do disposto no artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e do artigo 19º do Regulamento Financeiro aprovado pela CPN de 11.12.2006, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 01 de Fevereiro de 2008 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD, sito na - Rua Tenente Valadim, 47 - Chaves, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apreciar e deliberar sobre as contas da secção relativas ao ano de 2007.

2. Análise da situação política.

3. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves do PSD, para reunir no próximo dia **15 de Março de 2008** (sábado) entre as 15h00 e as 19h00, na sede concelhia, sito na Rua Tenente Valadim, 47 - Chaves, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, no endereço acima referido.

FIGUEIRA DA FOZ

O Conselho de Jurisdição Distrital de Coimbra ao abrigo da alínea f) do artigo 45º do Estatutos, e em cumprimento da decisão tirada no Acórdão nº 17/2007 de 24 de Outubro, vem nos termos do artigo 3º do Regulamento Eleitoral convocar a Assembleia Eleitoral dos Órgãos da Secção da Figueira da Foz - Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção - a realizar no dia **1 de Março de 2008**, na sede concelhia da Figueira da Foz, sito na rua da Liberdade, nº 6 - 3080-168 Figueira da Foz, com início às 14h00 e encerramento pelas 23h00. Em conformidade com a decisão do CJN o acto eleitoral, por razões de celeridade e eficiência, será organizado em simultâneo em duas mesas de voto, a constituir pelo CJD.

A recepção das candidaturas aos órgãos supra referenciados será feita directamente pelo CJN na respectiva Sede Distrital na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 23 em Coimbra das 21h00 às 24h00 até ao terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

MATOSINHOS

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, a reunir ordinariamente no próximo dia 29 de Fevereiro de 2008, às 21h00, na Junta de Freguesia de Lavra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e Aprovação de contas de 2007 e Plano de Actividades para 2008;

2. Análise da situação Político-partidária.

NÚCLEO DE ALFENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Alfena, para reunir no dia 29 de Fevereiro de 2008, a partir das 18h00, na Sede do PSD, sito na Rua São Vicente, nº 2573, Alfena, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Alfena.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 22h00.

As listas de candidatos deverão ser entregues na Sede do Núcleo, sito na Rua de São Vicente, nº 2573 em Alfena, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A sede estará aberta para o efeito das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Fevereiro de 2008.

NÚCLEO DE GULPILHARES (CPS DE VILA NOVA DE GAIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentares, venho convocar os militantes do Núcleo de Gulpilhares - Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia Eleitoral, no dia 1 de Março de 2008, no período compreendido entre as 17h00 e as 20h00, na Sede Concelhia, sito na rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo da Freguesia de Gulpilhares do PSD.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, das 22h00 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Só poderão eleger e ser eleitos, os militantes que tenham as quotas em dia e que tenham pelo menos 6 meses de efectividade de filiação.

NÚCLEO DE GUIFÕES (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40 628, Presidente da Comissão Política de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a eleição para a Comissão Política do Núcleo de Guifões, para o próximo dia 14 de Março de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na sede do PSD de Matosinhos, sito na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes à eleição devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local de realização das eleições.

NÚCLEO DE LAVRA (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40 628, Presidente da Comissão Política de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a eleição para a Comissão Política do Núcleo de Lavra, para o próximo dia 14 de Março de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na sede do PSD de Matosinhos, sito na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes à eleição devem ser entregues até às 24h00 do

terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local de realização das eleições.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia da Secção do Seixal, no dia **15 de Fevereiro de 2008**, sexta-feira, pelas 21h00, sito na Rua do MFA, 11 Paivas, em Amora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;

Ponto dois: Apreciação e votação das contas de 2007 e do Orçamento de 2008;

Ponto três: Análise da situação política

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Vila do Conde do PSD, para reunir no dia 29 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na sede concelhia do partido, sito na Praça da República, nº 7, na cidade de Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão e aprovação do Relatório e Contas de 2007;

2 - Apresentação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2008;

3 - Análise da situação política.

Nota: Os documentos referidos nos pontos 1 e 2 estarão disponíveis para consulta na sede do partido mediante pedido efectuado junto da Comissão Política de Secção.



SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção B para reunir no dia 21 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede da Secção - Largo do Campo Pequeno, n.º 16-3.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apresentação e votação do Plano de Actividades;

2 - Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa

(Luís Nazareth)

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Santa Maria da Feira, para reunir no dia 29 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede do PSD/JSD de Santa Maria da Feira, sito na Rua dos Descobrimientos,

n.º 18, Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia Santa Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues até ao dia 26 de Fevereiro de 2008, das 21h30 às 22h30, na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção

(Amadeu Albergaria)

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção de Arouca para reunirem em Plenário de Secção no próximo dia 1 de Março de 2008, (Sábado), pelas 21 horas, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Arouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção de Arouca.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21 horas e as 23 horas.

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O Presidente da Mesa
(João Pedro Martins)

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Maia, a realizar no próximo dia 20 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede de Secção, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco, 987, 4470-010 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações do Presidente;

2 – Apresentação do Plano de Actividades para o ano 2008;

3 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Assembleia de Secção

(Ángelo Miguel Martins Aral)

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Águeda, para reunir no próximo dia 9 de Fevereiro de 2008, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Águeda, sita na Rua Francisco

Oliveira, n.º 9, 3750 Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Debate Temático: Urbanismo para a Vanguarda

O Presidente da Mesa do Plenário

da JSD de Águeda

(Carlos Franco)

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria, para o dia 9 de Fevereiro de 2008, pelas 16 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Marcação do Calendário para Conselho Distrital Eleitoral.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(Bruno Letra)

SETÚBAL

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Setúbal para reunir no dia 8 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Apresentação e aprovação das contas do anterior mandato;

3 – Aprovação do orçamento para 2008;

4 – Apresentação do programa para 2008/2009;

5 – Estado do ensino em Portugal – análise local e nacional;

6 – Análise da situação política interna e externa.

O Presidente da Mesa da Secção
(Nuno Carvalho)

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 15 horas, na Sede da Secção, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política;

2 – Outros assuntos considerados de interesse relevante

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção

(Amadeu Albergaria)

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Aveiro, para reunião a realizar no próximo dia 22 de Fevereiro de 2008, pelas 21 horas,

na Sede do PSD de Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1.º, 3800 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura da acta da reunião anterior;

2 – Informações;

3 – Análise da Situação Política – partidária;

4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa

(Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro)

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Felgueiras, para reunir no próximo dia 1 de Março de 2008, na Sede Concelhia da JSD de Felgueiras, sita na Rua Luís de Camões, em Felgueiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia de Felgueiras da JSD.

Nota:

1 – As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Felgueiras até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As listas devem ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

3 – O acto eleitoral decorrerá entre as 17 horas e as 19 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto

(André Cardoso)

ESPINHO

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Espinho para reunir no dia 29 de Fevereiro de 2008, pelas 21 horas, na sede do PSD, sita na Rua 14, n.º 638, 1.º Sala B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD de Espinho.

Nota:

a) As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas;

b) As listas de candidatura deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Espinho

(Filipe de Lacerda Machado Barbot Costa)

NÚCLEO DE RIO TINTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Núcleo da JSD

Rio Tinto, para reunir no dia 1 de Março de 2008, pelas 18 horas, na Sede de Núcleo do PSD Rio Tinto, sita na Av. Dr. Domingos Gonçalves Sá, n.º 430, Edifício Rio Tinto, 1.º, sala 15, em Rio Tinto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa de Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Gondomar.

b) Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.

O Presidente da Mesa de Plenário de Secção

(Vitor Manuel Marques Barbosa)

NÚCLEO DE VALBOM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Núcleo da JSD Valbom, para reunir no dia 1 de Março de 2008, pelas 15 horas, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, em Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa de Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Gondomar.

b) Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

O Presidente da Mesa de Plenário de Secção

(Vitor Manuel Marques Barbosa)

NESD DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Aveiro, para reunir no próximo dia 5 de Março de 2008, pelas 18h30, nas instalações da Distrital do PSD, sita na Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, n.º 28 – Aradas, 3810-498 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e votação da acta da reunião anterior;

2 – Informações;

3 – Análise da Situação Política;

4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário de NESDUA

(Bruno Miguel Ribeiro Costa)



ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/BRAGANÇA
DIA 6.MARÇO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Bragança, para a Assembleia Distrital dos TSD/BRAGANÇA, que se realiza no dia **6 de Março**, das **20H00 às 22H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Bragança**, sita na Praça da Sé, n.º 16, em Bragança, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 24 de Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **28 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/BRAGANÇA, sita na Praça da Sé, n.º 16, em Bragança.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/GUARDA
DIA 6.MARÇO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD da Guarda, para a Assembleia Distrital dos TSD/GUARDA, que se realiza no dia **6 de Março**, das **18H30 às 20H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital da Guarda**, sita na Rua Marquês de Pombal, n.º 49 – 1.º, na Guarda, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único § **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 24 de Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **28 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/GUARDA, sita na Marquês de Pombal, n.º 49 – 1.º, na Guarda.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/SANTARÉM
DIA 7.MARÇO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Santarém, para a Assembleia Distrital dos TSD/SANTARÉM, que se realiza no dia **7 de Março**, das **19H00 às 21H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Santarém**, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10 – 1.º, em Santarém, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único § **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 24 de Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **29 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/SANTARÉM, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10 – 1.º, em Santarém.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/LEIRIA
DIA 7.MARÇO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Leiria, para a Assembleia Distrital dos TSD/LEIRIA, que se realiza no dia **7 de Março**, das **18H00 às 21H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Leiria**, sita na Av. Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único § **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 24 de Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional
Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **29 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/LEIRIA, sita na Av. Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/LISBOA-AML DIA 7.MARÇO.2008

Nos termos do ponto 2 do Art.º 41.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML, para a Assembleia Distrital dos TSD/LISBOA-AML, que se realiza no dia **7 de Março**, das **18H00 às 22H00**, com **14 meses de voto a funcionar nos locais seguintes:**

MESA	MORADA	VOTANTES
Sede Distritalde Lisboa	Rua da Junqueira, 209	Votam os militantes residentes na área das Secções A, B, D, E, F, G, e I e os residentes na área dos restantes Distritos (Ex: Setúbal, Área Oeste, Santarém, etc..)
Algés	Av. Carolina Michaelis, 37	Votam os de Algés
Algueirão-Mem Martins	R. do Moinho, 22, Mem Martins	Votam os de Algueirão-Mem Martins, Pero Pinheiro e Sintra
Amadora	Av. 11 Setembro 1979, Loja 16 A	Votam os da Amadora
Cacém	Av. Bons Amigos, 37-1.º C	Votam os do Cacém e Rio de Mouro
Cascais	Largo da Estação, 4 – 1.º	Votam os de Cascais
Loures	Largo Tristão Vaz Teixeira, 5 C, Parque Residencial Almirante	Votam os de Loures
Mafra	R. do Arvoredo, Ericeira	Votam os de Mafra
Moscavide	R. Maria Rosário Patacão, 4 – R/C Dt.º	Votam os de Moscavide
Odivelas	R. Alfredo Roque Gameiro, 11 – C/V Esq-Dt.º	Votam os de Odivelas
Oeiras	Largo Avião Lusitânia, 15	Votam os de Oeiras
Oriental	R. Manuel dos Santos, Lote 21 A – Sub-Cave	Votam os da Secção H e os da Oriental
Queluz	R. D. Pedro IV, 28 – Loja A	Votam os de Queluz
V. F. Xira	R. Praia, 63	Votam os da Azambuja e os de Vila Franca de Xira

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único § **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

c) Mesa da Assembleia Distrital

d) Secretariado Distrital

Lisboa, 25 de Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **29 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/Lisboa-AML, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia **13 de Fevereiro** de 2008, **quarta-feira**, das **às 21H00**, na **SECÇÃO DE SETÚBAL DO PSD**, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 13 – 1.º Esq., em **Setúbal**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e Aprovação do Orçamento para o ano de 2008;
3. Apresentação e Aprovação das Contas de 2007;
4. Análise da Situação Político-Sindical.

Setúbal, 28 de Janeiro de 2007

O Presidente da Mesa
da Assembleia Distrital
Aureliano Moreira Guedes